

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação



1290000319



FE

TCC/UNICAMP F335p

**As políticas sociais: uma visão sobre a Fundação Banco do
Brasil**

Campinas
2002

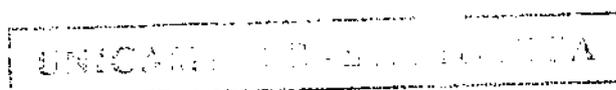
000231193

Camila Tassarolo Felipe

**As políticas sociais: uma visão sobre a Fundação Banco do
Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência
parcial para o curso de
Pedagogia da Faculdade de
Educação, UNICAMP, sob a
orientação do Prof. Dr. José Luis
Sanfelice.

Campinas
2002.



FE

TCC-UNICAMP

F 325 p

319

124/2003

y

11,00

06.11.03

226 = 3082 39

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Luis Sanfelice (Orientador)

Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira (Segundo leitor)

AGRADECIMENTOS

Há muito pelo que tenho que agradecer. Pela paciência e compreensão, pela motivação e apoio, pela indiferença e descaso, pelo amor e pela amizade, pelos quilômetros percorridos, pelos livros lidos, os chocolates comidos, o sono perdido, as baladas adiadas, pelo meu timão do coração, pelas lágrimas inevitáveis, pelo sorriso preciso, pela palavra dita e aquela não dita, mas principalmente, pelas amizades conquistadas.

Terei que fazer aqui um enumerado de citações, minha forma de agradecimento, já que não consigo encontrar a fala certa. Mas, mesmo que não conste o nome de todos, fica aqui o meu imenso obrigado por tudo.

“Se você abre uma porta, você pode ou não entrar em uma nova sala.(...) A cada sala que se vive, descobre-se tantas outras portas. E a vida enriquece quem se arrisca a abrir novas portas, (...)porém, se você não ultrapassar a porta, terá sempre a mesma porta pela frente”¹ Ao meu orientador Sanfelice que me mostrou a porta, e pacientemente esperou que eu a ultrapassasse, serei eternamente grata.

“Que ninguém hesite em se dedicar à filosofia enquanto jovem, nem se canse de fazê-lo depois de velho, porque ninguém é demasiado jovem ou demasiado velho para alcançar a saúde do espírito”.² Ao meu segundo leitor, o prof. Renê, não só pela filosofia, mas por todo o apoio e sabedoria em todos os momentos (mesmo aos sábados de manhã).

“Entre a multidão há homens que não se destacam, mas são portadores de prodigiosas mensagens. Nem eles próprios o sabem”.³ Meu carinho a esses poucos do Núcleo de Cubatão.

“À coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa”⁴ do Nilson J. de Oliveira e por sua tamanha paixão.

Pela mão na roda, pois “não existe saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes”⁵ como o do André, meu auxílio técnico e computacional; ao Uilson, meu companheiro de línguas “não convencionais”, pelo seu projeto modelo para mim.

“Assim como falham as palavras quando querem exprimir qualquer pensamento, Assim falham os pensamentos quando querem exprimir qualquer realidade. (...) Porque quem ama nunca sabe o que ama/Nem sabe por que ama,/ nem o que é amar... Amar é a eterna inocência, e a única inocência não pensar...”⁶ Para todas minhas amigas e amigos que ficaram ao meu lado dando aquela força: vocês moram no meu coração.

“Houve um tempo em que minha janela se abria sobre uma cidade que parecia ser feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco. Era uma época de

¹ Içami Tiba.

² Epicuro. Cartas sobre a felicidade (a Meneceu)

³ Antonie de Saint-Exupéry.

⁴ Paulo Freire.

⁵ Paulo Freire.

⁶ Fernando Pessoa.

estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. Mas, todas as manhãs vinha um pobre com um balde, e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse. E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz. Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas. Avisto crianças que vão para a escola. Pardais que pulam pelo muro. Gatos que abrem e fecham os olhos, sonhando com pardais. Borboletas brancas, duas a duas, como refletidas no espelho do ar. (...) Às vezes um galo canta. Às vezes, um avião passa. (...) E eu me sinto completamente feliz. Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim”.⁷ Ao meu pai, meu jardineiro. À minha mãe, companheira de tudo, inclusive de viagem. Às minhas irmãs, que compartilharam comigo alegrias e tristezas. A todos eles por não duvidarem das minhas janelas.

Principalmente a Deus, que me proporcionou tudo isso: a minha vida. “Se eu quiser falar com Deus/tenho que me aventurar/tenho que subir aos céus/sem cordas pra segurar/tenho que dizer adeus/dar as costas, caminhar/decidido, pela estrada/que ao findar vai dar em nada/nada, nada, nada, nada, nada, nada, nada, nada/do que eu pensava encontrar...”⁸

À Fundação Banco do Brasil.

À UNICAMP por todos esses anos.

Aos professores e professoras que passaram por minha vida, hoje mais do que nunca reconheço a importância de cada um.

⁷ Cecília Meireles.

⁸ Canção de Gilberto Gil.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Um Novo Cenário Mundial e o Brasil na Década De 1990	13
O Estado e a expansão do terceiro setor	18
A Fundação Banco do Brasil	21
Algumas palavras sobre Emília Ferreiro, Paulo Freire e Vygotsky.....	31
O BBEducar.....	36
ZOOM: Um Núcleo em Cubatão.....	38
Mais ZOOM: <i>“Para que ninguém passe pelas dificuldades que tive”</i>	39
Focalizando o olhar	41
Considerações finais	46
Anexos.....	49
Referências bibliográficas	73

LISTAS DAS SIGLAS MENCIONADAS NO TRABALHO

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil
Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
ABMN - Associação Brasileira de Marketing de Negócios
ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing
BB – Banco do Brasil
CESABB – Conselhos Estaduais das AABB
CNE – Conselho nacional de Educação
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CONCUT – Congresso da CUT
CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB – Fundação Banco do Brasil
FENABB – Federação das AABB
FMI – Fundo Monetário Internacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
MET – Ministério do Trabalho e Emprego
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

"(...) o que me ajudou a manter esta certeza [de que vale a pena lutar contra os descaminhos que nos obstaculizam de ser mais] foi a compreensão da História como possibilidade e não como determinismo."

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

Alice começava a enfadar-se de estar sentada (...) quando de súbito um Coelho Branco de olhos róseos passou perto dela. Não havia nada de tão notável nisso; nem Alice achou tão extraordinário ouvir o Coelho murmurar para si mesmo: - Ai, meu Deus! Ai, meu Deus! Vou chegar muito atrasado! (...) Mas quando o Coelho tirou um relógio do bolso do colete e deu uma espiada, apressando-se em seguida, Alice levantou-se sem demora, pois assaltou-a a idéia de que jamais vira na sua vida um coelho de colete e bolso, e muito menos com um relógio dentro. (e pensando sobre a fala do Coelho ocorreu-lhe que deveria ter-se espantado). Ardendo de curiosidade, correu atrás do Coelho campo afora, chegando justamente a tempo de vê-lo enfiar-se numa grande toca sob a cerca.

Logo depois Alice entrou atrás dele, sem pensar sequer em como sairia dali outra vez.

(Aventuras de Alice, Lewis Carroll. SP: Summus, 1980).

O mundo pode parecer muitas vezes enfadonho para quem, de tanto olhar para ele, por tanto estar acostumado com a correria do dia-a-dia, do “stress” do trabalho, dos estudos, não consiga perceber o inesperado. Tal como Alice podemos até não achar estranho um coelho passar por nós falando, mas eis que se olharmos atentamente para aquilo que foge à regra, aquilo que não faz mais parte do contexto, como se um relógio estivesse surgindo de dentro de um colete – se bem que não há nada de estranho até aqui, mas de um colete que pertence a um coelho, que fala, opa! então perceberemos que há algo diferente nisso...e ainda bem que, tal como Alice, por vezes somos tomados por uma imensa curiosidade proporcionada por palavras e gestos...Graças a isso, corremos atrás para enxergarmos o que não vemos... Palavras que emanam pensamentos, que remontam lembranças, que despertam desejos. E assim, curiosidade que é aguçada proporciona a possibilidade de mudança. Nossa mudança interna primeiro, e depois, quem sabe...

Foi assim que iniciei meu trabalho, comecei a correr atrás de uma curiosidade. Confesso que nesses anos em que frequentei as aulas de Pedagogia, afloraram vários desejos, não sendo demagoga, mas existem muitas áreas interessantes nesse campo. Em certo momento, o que me chamou a atenção era saber sobre políticas sociais que aparecem, ora aqui ora ali...Então numa de minhas leituras e curiosidades, encontrei uma linha que ligava duas coisas distintas em minha vida: o estudo e o trabalho. Vou explicar-me melhor: trabalho em um banco e faço Pedagogia (se puder pare um minuto e imagine as duas áreas...) Até que um dia um coelho passou por mim e pude ver que dois mundos diferentes podem se encontrar. E assim encontrei a Fundação Banco do Brasil. Algo que aos trancos e barrancos fui descobrindo...fui correndo atrás.

Embora conciliar os meus mundos não seja o objetivo primordial desse trabalho, quis deixar aqui meu depoimento pessoal, pois quando nos dispomos a ir atrás

de um desejo, de uma curiosidade, não sabemos o que podemos encontrar do outro lado da toca, do muro, da porta. Além de ter encontrado um tema relevante sobre políticas sociais, sobre a ação do Estado e do surgimento do terceiro setor, pessoalmente cresci muito como ser humano.

Seguindo meu coelho, fiz um verdadeiro passeio pelo Estado de São Paulo. Depois de várias tentativas de contato com a FBB, de meses de demora por uma informação consegui uma lista de Núcleos Ativos em São Paulo que acabou vindo por e-mail depois de uma ligação a Brasília. De posse dos números de telefones e locais passei a procurar algum Núcleo mais próximo. Havia várias cidades: Matão, São Vicente, Ilha Bela, Itaipicérica da Serra, Cubatão. Liguei para alguns números, mas o que mais me agradou foi o de Cubatão em que voz feminina atendeu do outro lado da linha tão receptiva e que logo quis marcar a visita. Coincidência ou não, o bairro chamava-se Vila Esperança. E abriu-me as portas para os encontros mais gratificantes da minha vida (pelo menos até aqui): com o Núcleo e com o instrutor e funcionário do Banco do Brasil, o Nilson João de Oliveira.

Para conhecer o instrutor e o Núcleo, mapa na mão: primeiro Ribeirão Preto, depois Cubatão, respectivamente.

Através de Oliveira pude entrar em contato com o Projeto BBeducar em sua primeira etapa, conhecer apostilas, estrutura do curso, a paixão incondicional pelo trabalho no programa, a disposição que cidadãos possuem ao se disponibilizarem como voluntários na disseminação de um desejo de vida: promover a busca da mudança, mesmo que modesta, para os desfavorecidos, pois como disse Paulo Freire: “ninguém é analfabeto por opção.” Projetos que muitas vezes ultrapassam a profissão. Embora não apresente neste trabalho todo o grande prazer que tive em aprender com este homem tão cheio de vida e “causos”, sua contribuição foi de grande importância, pois proporcionou meu acesso à base teórica/prática do programa BBeducar, através do material que pode me emprestar.

De volta ao mapa: em Cubatão, que já foi conhecida como “Vale da morte” por causa da imensa poluição e destrato com o meio ambiente e com a população, conheci histórias de vidas, humildade, força de vontade, sobretudo esperança. Pude mais atentamente perceber como o mundo é tão pequeno e ao mesmo tempo tão grande. Já nesta parte, no capítulo sobre a BBeducar, relato como foi minha preciosa visita.

E assim apresento o tema escolhido. O presente trabalho aborda as políticas sociais públicas, principalmente as educacionais, tendo como foco as iniciativas relativas ao terceiro setor da sociedade, e em especial a Fundação Banco do Brasil como uma representante desse setor.

Para entendermos o papel desenvolvido por esse novo setor na sociedade, é apresentado, na primeira parte do trabalho, todo o percurso histórico pelo qual passa a sociedade brasileira, principalmente a partir do final da década de 80 e início de 90, nos governos Collor, Itamar Franco até o atual governo Fernando Henrique Cardoso.

O cenário global será apresentado: o Brasil sofre de uma grande reestruturação econômica e política, causando com isso movimentações sociais e políticas frente ao poder estatal. Com a nova ordem mundial que começa a se consolidar nesse período e a

ótica neoliberal, um Estado mínimo em suas ações passa a ser exigido. Novas concepções de mundo vão surgir, juízos de valores estarão sendo “socializados”. É a tão chamada “globalização”. Com ela, a teoria neoliberal impõe que a sociedade se organize na ótica do mercado. Ao trabalhador faz-se novas exigências. E a disputa pela Educação torna-se acirrada. Com as grandes privatizações, o Estado depara-se com recursos diminuídos, já que apenas busca realizar aquilo que não pertence ao mercado. Suas atuações se precarizam ou se tornam mínimas. E diante dessa carência da ação estatal efetiva, surgem iniciativas dentro da sociedade civil para supri-la ou amenizá-la, o que será denominado terceiro setor.

Para podermos melhor visualizar essas iniciativas, de como os interesses de cada grupo social acabam por abocanhar sua fatia dentro da própria sociedade, foi focalizada uma Fundação sem fins lucrativos ligada ao Banco do Brasil.

Para tanto serão descritos sua formação, seus projetos, programas, ações e também as abordagens que assume o programa, seja por estar levantando uma bandeira exigida pela sociedade civil seja por estar justificando a ausência do Estado.

Entretanto, é importante ressaltar que o que foi pensado para a realização deste texto, era focalizar um programa da Fundação, para aprofundar a análise do tipo de cidadão/sociedade que estava sendo desenvolvido por essas iniciativas que surgem como “não-estatais” e também por estar mais ligado à questão da Educação como um todo – que era o BBeducar. Assim, como suas concepções geram em torno de três principais autores, *Emília Ferreira, Vygotsky e Paulo Freire*, fiz em um capítulo, uma pequena introdução de alguns temas abordados pelos mesmos. Vale ressaltar que é um pequeno resumo de suas teorias, não deixando de reconhecer que para aprofundá-las é necessária uma busca mais detalhada (alguns livros são citados nas referências bibliográficas).

Desta forma, com os dados em mãos, e com, principalmente, documentos retirados através do *site* da própria FBB, e com as visitas (Cubatão e Ribeirão Preto), o desenvolvimento deste trabalho passou a ser de uma pequena análise sobre a representatividade desse “braço a serviço da população”.

A relevância desse texto vem do fato de que é preciso conhecer os objetivos que cernem as políticas sociais, bem como estar ao alcance das iniciativas sociais que “surgem como um aparato estatal”. E embora não constitua em um aprofundamento do tema, aponta para um caminho que cada vez mais está sendo tomado pelo chamado terceiro setor.

Portanto, o convite fica aberto a quem quiser ver comigo o coelho, que espero que um dia passe pela vida de cada um.

O homem deseja, e faz escolhas. Podemos deixar o coelho passar e continuar a nossa enfadonha vida, ou podemos correr atrás e aprender mais sobre um mundo que está aqui do lado, mas quase que desconhecido...

UM NOVO CENÁRIO MUNDIAL E O BRASIL NA DÉCADA DE 1990

No cenário mundial diversas mudanças significativas vão delineando uma nova ordem, percebida principalmente pela desregulamentação financeira, a inserção da revolução científico-tecnológica levando a uma nova divisão internacional do trabalho, uma nova ordem econômica mundial (internacionalização do capital), mudanças que são decorrentes de uma crise do capital que se estende desde a década de 70, quando passa-se a assumir a versão que tem sido denominada de neoliberal. Vale ressaltar que o *“neoliberalismo questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado com o aprofundamento da intervenção estatal. ‘Menos Estado e mais mercado’ é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como principal chave a noção da liberdade individual, tal como concebido pelo liberalismo clássico.”* (Azevedo, 1997, p.11)

Essas mudanças no contexto global vão sendo percebidas através de alguns fatos históricos, dentre as quais destacam-se:

- Acordo de paz assinado entre Israel e os países árabes pressupondo uma formação de mercado comum no Oriente Médio;
- A vitória de Nelson Mandela para Presidente da República na África do Sul, que abre a possibilidade de mais um pólo econômico no continente africano;
- Decisões tomadas na Rodada Uruguai e acordo do GATT, no Marrocos que levam novas regras do multilateralismo nas relações internacionais do comércio, além da criação da Organização Mundial do Comércio (WTO)

No Brasil, segundo Neves (2000), no plano econômico o processo de modernização capitalista vem em substituição ao modelo de importações, somado a isso todas as mudanças acontecendo no plano político: mudanças estratégicas na materialidade do aparato estatal e nas diversas organizações da sociedade civil; e no plano teórico devido aos avanços obtidos nos estudos da relação entre educação e produção no mundo contemporâneo, fatores dentre outros que acabaram por contribuir para o aperfeiçoamento das políticas educacionais nacionais que já se estavam sendo constituídas ao longo das décadas anteriores à posse do governo Collor de Mello.

Embora com o início da modernização afirmada nesse governo, tendo reportado a privatização de 11 estatais, à volta das negociações da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris propiciando com isto abertura maior para investimentos de capital estrangeiro, etc., não impediu a crise e recessão econômica para o início do governo Itamar Franco, depois do processo de *impeachment* do Presidente anterior, com índices inflacionários altíssimos. Fatores esses que foram sendo paulatinamente restaurados devido principalmente aos acordos firmados com o FMI e Banco Mundial, à credibilidade interna traduzida pela superação da crise de governabilidade que tinha se configurado com Fernando Collor, e aos ajustes de ordem fiscal e monetária. Em 1992-3, enquanto a produção no setor fabril crescia consideravelmente, bem como o comércio no setor terciário, principalmente com a abertura de diversos *shoppings centers* - vale salientar que esse tipo de setor traz à tona uma tendência maior de racionalização do trabalho, exigindo uma mão-de-obra mais especializada, ou seja, novas capacidades de trabalho vão sendo assumidas, que

abrangem desde a operação de equipamentos, sejam eles advindos da informática ou não, até mesmo a exigência de um profissional que faça parte de todo o processo de trabalho (aquele que não somente fabrique, comercialize, mas também conheça o produto em suas etapas) – o setor de importação e exportação apresentava um índice contrário, devido à orientação neoliberal, através de medidas que abaixaram as tarifas alfandegárias e corrigiram a taxa de câmbio abaixo da inflação, acelerando com isso as importações e desprivilegiando as exportações, causando um déficit na balança comercial.

Entretanto, pode-se notar ainda que, enquanto o setor de exportações depara-se com uma baixa qualificação de trabalhadores – exigência mínima de escolarização, o setor de importações, passa a exigir um patamar maior, pois, pela ordem mundial, se importa um nível de tecnologia mais avançado, estimulado por novas formas de organização da produção e do próprio trabalho, de todo o desenvolvimento significativo da informática, além da proliferação da busca pelo certificado de qualidade que padroniza as empresas: o ISO 9000. Salienta-se ainda que a terceira revolução industrial, exigindo essas novas formas de organização, acaba atuando nas novas políticas educacionais que “darão conta” da “formação” do novo perfil de trabalhador.

Ou como podemos observar na análise de Castro:

“Quem vê os operários das montadoras de automóveis atuais não imagina a complexidade dos sistemas de controle e comunicação interna a que se submetem. Segundo grau completo é igualmente uma exigência para quem se candidata a uma vaga na Ford, Volkswagen, Fiat e General Motors. Na cadeia produtiva da área de transportes, não há uma só fábrica operando sem ISO 9000. (...) As pequenas empresas, justamente as que criam a maioria dos empregos no país, são tradicionais redutos dos menos letrados. A situação começa a incomodar. Está ficando ainda mais premente a necessidade de educar os empregados desses empreendimentos menores, pois sua produtividade baixíssima está inviabilizando os negócios. A competição acirrada do mercado exige uma reação. Para serem verdadeiramente competitivas também as empresas pequenas precisam de gente com cabeça mais arrumada e flexível, capaz de ler e escrever com fluidez, operar com números, lidar com as finanças, controlar custos, comunicar-se com cliente. Em todos os níveis, em empresas de qualquer tamanho, os processos ficaram mais complicados e as responsabilidades mudaram para níveis hierárquicos mais baixos. As novas tecnologias exigem gente que passou mais anos na escola e aprendeu mais nesse processo. Para tornar a situação ainda mais complexa, não basta o diploma, é preciso aprender e saber usar o que se aprendeu na teoria. Em resumo, os brasileiros estão começando a ver que sem educação não se criam nem se ocupam bons empregos”.

(Trecho retirado do site www.vejaonline.com, 2001, de *Cláudio de Moura Castro: A educação é combustível do crescimento no Brasil*)

No entanto, também chama a atenção o fato de que apesar dos grandes avanços tecnológicos e da integração das economias, a hegemonia neoliberal apresenta ineficiências na resolução de problemas de acumulação e de hegemonia mundial, e, de modo particular, em todo o desemprego estrutural que vai se instituindo, tal como a pobreza absoluta da América Latina e África e a insatisfatória integração de países do

Leste Europeu e da ex-URSS à lógica capitalista. No Brasil, observa-se, dentre outros fatores, o processo de superexploração da força de trabalho, revelados pela Comissão Pastoral da Terra da existência de 15 mil trabalhadores rurais trabalhando em regime de escravidão, o número de assalariados que não possuem carteira de trabalho assinada e o número de mortes por acidente de trabalho (NEVES, 2000, p.21).

Ou para melhor visualizarmos esse modelo de trabalhador-cidadão esperado na fala de Fernando Henrique Cardoso:

“De novo, se valoriza aquilo que é feito especificamente. Os públicos específicos, o artista específico, e isso é assim na produção industrial.

(...) Nós estamos vivendo uma nova revolução tecnológica que faz revalorizar esses aspectos da criatividade, de responsabilidade individual, da liberdade, porque é preciso ter liberdade para ser responsável. Isso se funde com a cultura”.

(Trecho do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Teatro Nacional de Brasília em 5 de nov. 1995, na solenidade de comemoração do Dia da Cultura, publicado pela Folha de São Paulo em 19 de nov. 1995, Caderno Mais, p.4-5.)

O Campo Educacional

No início do Governo Collor ficou evidenciado a hegemonia do projeto democrático de massas: proposta educacional na ótica do trabalho, e após as eleições para governadores a proposta educacional com a ótica no capital se fortalecendo, pois começava a consolidação da proposta neoliberal de educação nacional, tornando-se uma tendência dominante já no período Itamar Franco.

Como se pode observar, em 1991, “a educação assume o papel de instrumento de aumento da competitividade da produção nacional diante da comunidade internacional, dentro dos parâmetros científicos e tecnológicos essenciais à terceira revolução industrial” (NEVES, 2000, p.6)

Essas duas propostas - democrática de massas para a educação nacional na sociedade civil e projeto liberal corporativo de educação - vão se evidenciando, ora uma assumindo o papel preponderante, ora a outra.

Nesse palco das disputas políticas educacionais destacam-se os principais sujeitos:

Estado

No final da década de 1980, duas expressões da representatividade estatal tomam conta do cenário com a tentativa de atualizar as tendências tradicionais burocráticas – o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), uniram-se à proposta democrática de massas, na qual cabia à educação o papel de resgate da dívida social. Já na década atual, essas duas expressões seguiram rumos distintos, ora tendendo para uma proposta ora para outra. Em 1991 o CONSED tinha ligação direta com o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), e a UNDIME embora fiel à proposta democrática de massas, devido a uma crise financeira acabou por dispersar-se, perdendo seu poder de representatividade.

Sociedade civil

Trabalhadores reuniram-se no 4^o CONCUR (Congresso da Central Única dos Trabalhadores) e abandonando a tese reprodutivista da relação entre educação e produção acatam a proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) explicitada no Projeto Jorge Hage da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – proposta democrática de massas em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse 4^o CONCUR é que foi dado o primeiro passo no sentido de definir, em âmbito sindical, a relação entre ciência e trabalho do ponto de vista do trabalho (necessidade de uma adaptação psicofísica do trabalhador/cidadão em face do emprego de formas mais racionalizadas de organização da produção, do trabalho e do seu cotidiano).

Especialistas em educação

Redimensionaram também o “foco” da discussão acadêmica passando do tema da melhoria da qualidade de ensino, tentando estabelecer entre ciência e trabalho, educação e produção e educação e trabalho, novos vínculos visando à educação para o Brasil em 2000. Suas ações concentraram-se no processo de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, integrado ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB juntamente com sujeitos coletivos na sociedade civil – Central Única dos Trabalhadores e CNTE - defensores da proposta democrática de massas.

Empresariado

A preocupação desse setor estava na subordinação da melhoria da qualidade de vida à necessidade da acumulação de capital elevado ao patamar tecnológico e científico que deveria ser atingido pelo conjunto da classe trabalhadora com emprego de novas ordens de organização da produção e do trabalho e do uso de novos equipamentos exigidos pelo paradigma da automação flexível.(Neves, 2000, p.8).

O empresariado que já havia perdido espaço na Constituição de 1988, através de ação publicitária inseriu preposições privatizantes nos projetos da LDB, ora por intermédio de *lobby*, ora atuando diretamente através de congressistas, ora inviabilizando a promulgação da nova legislação ao longo do período Collor.

Suas propostas estavam vinculadas principalmente à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Igreja

A Igreja católica, por sua vez, reivindicava o espaço político-constitucional necessário à continuação de sua missão educadora. Através de sua tese da escola pública não-estatal, associou-se ao bloco no poder e ao empresariado industrial para difundir a proposta educacional liberal corporativa.

No campo educacional, o que se observa é a preocupação com uma nova adaptação das propostas educacionais, tendo em vista um novo modo de estruturação econômica e política, vinculados à nova ordem de mundo baseada na relação trabalho-

capital. Assim, segundo, “a estratégia modernizadora empresarial brasileira, intensificada no período Itamar Franco de governo, trouxe, mais insistentemente, para o centro do debate nacional a questão educacional. Capital e trabalho e seus aliados reivindicam, cada qual a seu modo, maior rapidez na renovação dos padrões quantitativos e qualitativos da escolarização brasileira, e, mais especificamente, dos padrões de formação profissional, para fazer face às mudanças já em curso no Brasil dos anos de 1990” (Neves, 2000, p.20).

O ESTADO E A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR

No campo econômico e político, encontramos duas esferas: minimização do Estado – direita neoliberal e a expansão do terceiro setor – nova esquerda como fortalecimento da sociedade civil, ambos concomitantes e vinculados. E para podermos entender melhor esses espaços, apontamos alguns conceitos, levantados por Montañó (1999):

✓ Estado moderno – organização estatal que surge com o projeto da modernidade advindo do projeto Iluminista que deriva da Revolução Francesa que vincula Estado moderno com a ordem burguesa, sendo desenvolvido *da e para* a burguesia (proprietários dos meios de produção). É um instrumento criado para garantir a propriedade privada, porém não exclusivamente para isso. É um Estado de uma sociedade regida pelo capitalismo e participa da “lógica do capital”, “*é um tipo privilegiado de organização dentro e a serviço da sociedade capitalista que o criou e o mantém*” (Montañó, 1999, p.49).

As idéias atuais revelam um Estado mais abrangente, cedendo lugares à nova esfera pública, caracterizada pela organização de massas, ou como Gramsci apontaria, localizam-se nesse “novo” Estado duas esferas: a “sociedade política” e a “sociedade civil”, tomando para si funções de coerção e consenso, pois ele não pode sustentar sua “lógica do capital” apenas com o uso da força, como percebemos em formas de governos autoritários. E na tentativa de manter seus membros leais e silenciosos, para sua própria sobrevivência, utiliza-se da aceitação individual, numa espécie de ótica do consenso. Assim, como mecanismo de contenção da insatisfação popular, surge como estratégia a “lógica da democracia” ou da “integração social-democrática”.

Historicamente, observamos que a insatisfação popular e a “ausência” da representatividade do Estado levam à manifestação e participação de setores sociais. Esse aumento de oposição leva os setores dominantes a contê-los de forma a os incorporarem. Deste modo, além de haver uma manifestação contrária, ela é ao mesmo tempo revertida para a própria manutenção do *status quo*.

Como podemos ver, essa abertura à cidadania, ou esse modo democrático de luta de classes, passa a legitimar o próprio Estado, já que seus membros são munidos de um poder fundado na igualdade política: cada um tem individualmente o poder de mudar a situação através do voto, por exemplo.

Incorporando essa lógica democrática, que se opõe à lógica do capital, mas também acaba sendo a ela favorável, chega-se a uma contradição que pode tornar-se politicamente perigosa, já que, embora uma dependa da outra, proporciona com isso uma abertura para o questionamento da linha do capital.

Essa contradição vai levar ao desenvolvimento de uma nova lógica atrelada ao projeto neoliberal, que substitui a lógica do Estado pela “lógica do mercado” ou seja, pela “lógica da sociedade civil”. Nessa posição, não há mais como fator fundamental o poder quantitativo da democracia (sufrágio universal, por exemplo), mas sim é o qualitativo (os detentores de maior poder político e econômico) que passa a ter o poder de decisão. Troca-se, portanto, a lógica da democracia, que é da igualdade, pela lógica

da concorrência, da desigualdade – fragmentação dos que possuem maior riqueza/poder econômico/saber, dos excluídos do mercado/população mais pobre.

Supera-se assim, o medo dos setores dominantes pela ampliação da participação popular e da democracia, pois agora o poder absoluto é garantido pela livre concorrência, sustentado pela lógica neoliberal, na qual minimiza-se o poder de atuação do Estado.

Essa visão consiste em uma conversão do estatal em público e do mercado econômico em privado e em uma separação do Estado e da sociedade civil, como esferas autônomas (Montaño, 1999, p.57).

Nessa ótica, cabe ao Estado a responsabilidade pela área política e social (saúde, educação, previdência social, seguro desemprego, etc.) e a área econômica à esfera do mercado. Contudo, vale ressaltar que, para o Estado se manter e prover essas ações, seus recursos financeiros provinham da atividade econômica, que, no entanto, passa a ser administrada pela esfera do mercado.

Com as privatizações das grandes estatais, e a perda dos lucros obtidos por elas, o Estado passa a recorrer às reformas tributárias para obter da arrecadação dos impostos, o financiamento para as políticas sociais, alterando de impostos diretos (patrimônio, herança, renda, etc.) para os impostos indiretos (consumo), significando para a população que tem sua renda voltada quase que totalmente para o consumo, um teor injusto, já que aqueles cuja renda é patrimônio fixo (geralmente os economicamente privilegiados), possuem uma participação mínima. Assim sendo, se os impostos passam a financiar o Estado, suas ações políticas para com a população passam a ser então, financiada pelos próprios usuários.

Entretanto, se por um lado, ao Estado cabe promover serviços e assistência à população carente que o “mercado” não pode oferecer, por outro lado, o neoliberalismo requer um Estado minimizado sem interferir na economia e na vida social das pessoas.

Com as perdas econômicas, o Estado precisa também, para superar a crise, “cortar gastos”, reduzindo a parcela de orçamento voltada às próprias políticas sociais, ou as precarizando-as. E na medida em que essa precarização dos serviços cobertos pela assistência estatal vão se ampliando, transfere-se à órbita da sociedade civil a iniciativa de assisti-la mediante práticas filantrópicas e caritativas (idem, p.65). Já que na proposta neoliberal *“é na sociedade civil, enquanto mercado, onde os processos econômicos devem se desenvolver naturalmente, portanto, onde as empresas devem-se assentar. Porém, a caridade empresarial também é uma função da empresa capitalista para com seus trabalhadores, consumidores ou vizinhos”* (ibidem, p.59).

Essa é a chamada expansão do terceiro setor, conjunto de instituições, ONGs, fundações, etc., que se encontram fora do Estado, desempenhando funções públicas, e apresentando um caráter “não – governamental” e “não – lucrativo”.

Vale ressaltar que esse setor não é alternativo ao Estado e à empresa privada, mas sim inserido no sistema capitalista, como uma intersecção dos mesmos.

Alguns equívocos da corrente neoliberal

Segundo Montaño, alguns erros do pensamento neoliberal advém do fato de que:

- Não se pode estabelecer que o público não se esgota no Estado, que o político não permeia a sociedade civil, que o mercado não perpassa o estatal.

- A visão recortada de que a economia deve ser “despolitizada”, acaba na mesma forma, como uma ciência política e uma sociologia “deseconomizada” que retiram das questões sociais e políticas as relações econômicas, de produção, e as lutas de classes.

- E a inconsistência teórica da tese de que o terceiro setor é diferenciado do Estado pela “ausência de fins lucrativos”, pois qual é a diferença, já que o Estado também não procura lucro.

A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Em 1985, após o “Programa de Prioridades Sociais”, lançado pelo Governo que previa algumas medidas de atuação nas áreas de alimentação, saúde, educação, emprego e habitação, surgiu, dentro do Banco do Brasil, um projeto de organizar uma fundação que estivesse voltada para o desenvolvimento social do país: a Fundação Banco do Brasil (FBB).

Esse projeto efetivou-se mesmo em fevereiro de 1988, colocando em prática sua proposta de atuação social com o desenvolvimento de algumas ações tendo em vista a realidade do país, visando minimizar os problemas sociais brasileiros.

A partir de 1992-1993, iniciou-se um período de reorganização interna e mudanças com o intuito de acompanhar as necessidades da população, no qual foram apresentados planos anuais e plurianuais que pautavam sua ação por meio de diretrizes e políticas internas.

O ano de 1996 foi marcado então pelo surgimento dos primeiros programas idealizados e executados pela própria fundação (*Programa Homem do Campo e os chamados Projetos Especiais*) que tornou-se parceira da Federação das Associações Atléticas Banco do Brasil (FENABB) e do Programa Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) Comunidade.

Em 1997 surgiram novas iniciativas: *Projeto Memória e Programa Trabalho e Cidadania*.

Já o ano 2000 marca para a Fundação Banco do Brasil uma mudança fundamental, na qual a instituição passa a atuar exclusivamente por meio de seus próprios programas, alguns realizados em parceria com outras entidades nacionais, como, por exemplo, o *Programa Escola Campeã* em parceria com o Instituto Ayrton Senna.

Seus programas fundamentam-se na concepção de homem como um elemento essencial do processo de mudança que provoca, segundo a FBB, a transformação social do país.

Essa Fundação, denominada Fundação Banco do Brasil, voltada para o desenvolvimento social do País, foca sua preocupação no campo da educação, almejando ser reconhecida pela qualidade, eficiência em soluções de problemas e por sua atuação no desenvolvimento social sustentável em todas as regiões do Brasil. Sua ação abrange áreas de assistência a comunidades rurais e urbanas, assistência social, desenvolvimento da cultura, educação, saúde, ciência e tecnologia, recreação e esporte e gerência de projetos com envolvimento público ou privado.

Do ponto de vista jurídico, a Fundação é regida por um estatuto próprio:

“pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A., rege-se pelo presente Estatuto e tem sede e foro no

Distrito Federal” (ESTATUTO, Cap. I, art. 1). Tem como objetivo: “promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação, desportos, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais” (ESTATUTO, Cap. I, art. 2), com prazo de duração indeterminado. Constitui-se com patrimônio formado de: “I. dotações do Banco do Brasil S.A.; II. doações, sem encargo, e contribuições em dinheiro ou valores; III. bens móveis e imóveis e direitos que venha adquirir ou receber de pessoas físicas e jurídicas.”(ESTATUTO, Cap. II, art 4, §1) E receita de: “I. recursos alocados ao abrigo de Leis Federais, Estaduais ou Municipais de incentivo às áreas de atuação da Fundação; II. rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração de aplicações de suas disponibilidades financeiras; III. prestação de serviços; IV. verbas que lhe advierem em virtude da elaboração e execução de convênios; V. auxílios e subvenções do Poder Público. (ESTATUTO, Cap.II, Art 4, §2)

Campos de atuação

De acordo com o campo de atuação da Fundação, seus objetivos especificam-se da seguinte maneira:

- “- Assistência a comunidades rurais e urbanas - Promover o desenvolvimento comunitário sustentável;*
- Assistência social - Contribuir para a mudança de comportamentos, atitudes e práticas que assegurem o exercício da cidadania;*
- Ciência e Tecnologia - Promover pesquisas, difusão de conhecimento e transferência de tecnologias aplicadas ao desenvolvimento social;*
- Cultura - Promover e incentivar a cultura como instrumento de preservação da memória e valorização da identidade nacional;*
- Educação - Promover a educação como fator indispensável ao desenvolvimento social sustentável;*
- Recreação e desportos - Promover a prática desportiva e o lazer como instrumento de educação, integração e desenvolvimento social;*
- Saúde - Promover ações que contribuam para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e comunidades”.*

Desta forma encontramos distribuídos entre os seguintes programas: Criança e Vida, AABB Comunidade, Trabalho e Cidadania, Projeto Memória, Banco de Tecnologias, BBeducar e Escola Campeã. Que serão apresentados a seguir:

Conhecendo os programas *

Criança e Vida

Programa que apóia e incentiva ações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes com câncer em todo território nacional.

*As definições de cada programa foram retirados do site www.cidadania-e.com.br

Histórico

Em 1998, a Fundação Banco do Brasil decidiu abraçar uma nova causa: o combate à mortalidade de crianças e adolescentes por câncer. Lançou, então, o Programa “Criança e Vida”, em parceria com o Ministério da Saúde e Fundação Orsa.

As linhas de ação do Programa foram definidas com o auxílio de um Comitê Diretivo, órgão especialmente criado para responder pela orientação técnica e estratégica do Programa.

A implementação do Programa teve início em 1999, com a realização das iniciativas de capacitação de recursos humanos na área de oncologia pediátrica, mediante a realização de cursos, seminários e congressos. Até o momento, o Programa já propiciou o treinamento de cerca de 1.300 profissionais da área médica.

Entre as ações do Criança e Vida no ano 2000, destacam-se os convênios formalizados para a implementação de sete Centros de Referência em Diagnóstico Laboratorial de Câncer Pediátrico, compreendendo 28 laboratórios, localizados nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, tendo sido investidos, pela Fundação, recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões.

Objetivos

Contribuir para o diagnóstico precoce e preciso do câncer pediátrico, com a abordagem terapêutica adequada da doença – fatores determinantes para que as chances de cura das crianças brasileiras alcancem os índices dos países desenvolvidos, atualmente em torno de 70%.

A proposta do Programa, na realidade, transcende o tratamento da doença, na medida em que procura promover condições para que a criança ou adolescente com câncer possa receber uma assistência integral – envolvendo diagnóstico, tratamento e apoio material e psicológico aos pacientes e familiares.

Público-alvo

As ações do Programa são voltadas para os seguintes segmentos:

- instituições de saúde que prestam serviços de atendimento e tratamento a crianças e adolescentes com câncer (centros de diagnóstico e centros de tratamento)
- entidades de assistência e apoio a crianças e adolescentes com câncer (casas de apoio)
- profissionais especialistas e não-especialistas em câncer infantil (médicos, enfermeiros, biólogos, técnicos em laboratório, psicólogos, dentistas etc.), voltados para o atendimento da onco-pediatria,
- profissionais com atuação nas áreas de informação e gerenciamento de dados relacionadas com a onco-pediatria,
- crianças e adolescentes com câncer e seus familiares

São beneficiárias dos recursos financeiros do Programa as seguintes instituições:

- governos federal, estaduais e municipais e entidades a eles vinculadas
- entidades civis sem fins lucrativos voltadas ao atendimento e tratamento especializado de crianças e adolescentes com câncer
- entidades civis sem fins lucrativos que oferecem suporte a crianças e adolescentes com câncer e suas famílias.

Metodologia

Os recursos financeiros para a implantação do Programa são provenientes da comercialização de algumas linhas de seguros do Banco do Brasil. Além disso, o Programa é aberto à participação financeira de outras instituições, governamentais ou não, inclusive organismos internacionais.

Toda a operacionalização do Criança e Vida é de responsabilidade da Fundação Banco do Brasil, que dispõe de um Comitê Diretivo, composto por 10 (dez) integrantes, dos quais 50% são indicados pelo Ministério da Saúde e os outros 50% pela Fundação Banco do Brasil. O Comitê é responsável pela orientação técnica e estratégica do Programa.

AABB Comunidade

É um programa de complementação escolar, que oferece a estudantes da rede pública, de 7 a 17 anos, a possibilidade de participarem de atividades lúdicas e educativas nas dependências das Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB).

Presentes em quase todos os municípios onde há agências do BB, as Associações Atléticas Banco do Brasil foram, durante muitos anos, sub-utilizadas nos dias úteis. Suas instalações eram ocupadas efetivamente nos finais de semana para o lazer dos funcionários do banco e seus familiares.

Em 1996, o Programa Integração AABB Comunidade, criado em 1987 pela Federação das AABB (FENABB), ganhou uma nova dimensão com a parceria da Fundação Banco do Brasil. De lá para cá, o número de crianças e adolescentes atendidos não parou de crescer. Em 2000, o AABB Comunidade atingiu 307 municípios, de 24 estados brasileiros, com 43 mil jovens inscritos e 3.034 educadores envolvidos. Nas cidades em que é realizado, o Programa tem contribuído para o combate à evasão e o insucesso escolar.

Objetivos

“Lugar de criança é na escola”. Este é o ponto de partida do AABB Comunidade. Através de atividades esportivas e educativas fora do horário de aula, o Programa complementa o ensino de forma lúdica e contribui para a inclusão, não repetência e permanência na escola, de crianças e adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda.

O AABB Comunidade tem abrangência nacional e pretende ser referência para os setores público e privado, na adoção de projetos complementares como forma de combate à evasão e repetência escolar. Assim, as comunidades locais têm participação

ativa, proporcionando condições para a auto-sustentabilidade das ações e dos benefícios gerados.

Público-Alvo

O AABB Comunidade destina-se a crianças e adolescentes de ambos os sexos, dos 7 aos 17 anos, estudantes da rede pública de ensino, pertencentes a famílias de baixa-renda. Para estimular a permanência na escola, 25% das vagas são reservadas para jovens que nunca freqüentaram uma sala de aula ou que estavam afastados, desde que, mediante orientação e apoio dos coordenadores pedagógicos, possam ingressar ou retornar às atividades escolares.

Os participantes são indicados pelas próprias escolas ou por representantes das entidades parceiras, no caso de crianças e adolescentes não matriculados. A prioridade é para os integrantes de famílias com maior número de filhos e com menor idade. Assim, eles poderão permanecer no Programa por mais tempo.

Metodologia

O AABB Comunidade defende o direito da criança à brincadeira. Brincar pelo brincar, porém com intenção pedagógica. O Programa referenda e é referendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, desenvolvendo ações de proteção integral a esse público. Para isso, são realizadas atividades nas áreas didático-pedagógica, sócio-educativa, cultural, desportiva e de saúde.

As crianças e adolescentes recebem complementação escolar de uma maneira lúdica, atrativa. Através de um vasto repertório de jogos, brincadeiras, músicas, mitos e lendas, têm acesso a elementos da cultura, ampliando sua visão de mundo, tomando consciência de seus direitos e deveres e de sua própria cidadania. O Programa dá ênfase a técnicas que estimulam a atuação coletiva e a capacidade de organização grupal.

As atividades do AABB Comunidade são desenvolvidas ao longo do período letivo com a periodicidade mínima de três vezes por semana e quatro horas diárias.

Parcerias

As agências do Banco do Brasil, a AABB local, a prefeitura municipal, as escolas, as famílias, os conselhos tutelares e outras instituições públicas e privadas são parceiros extremamente ativos do AABB Comunidade.

A partir das diretrizes anuais definidas pela Fundação Banco do Brasil e a Federação das AABB (FENABB), as superintendências estaduais do Banco do Brasil e os Conselhos Estaduais de AABB (CESABB) indicam as localidades que poderão aderir ao Programa. A seguir, as agências do BB articulam-se com as AABB, prefeituras municipais e entidades civis sem fins lucrativos para sua implementação nas diversas cidades brasileiras.

A Fundação Banco do Brasil e a FENABB assumem os custos com seguro contra acidentes pessoais para os participantes, uniformes e objetos de uso pessoal, material didático-pedagógico e artístico cultural, mobiliário escolar e utensílios para

cozinha, além de garantir recursos para o treinamento dos educadores, realizado pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC – São Paulo.

Os parceiros locais responsabilizam-se pela alimentação, exames médico-odontológicos e laboratoriais, transporte dos participantes e remuneração dos educadores, sempre selecionados entre os integrantes das próprias comunidades.

As AABB disponibilizam a infraestrutura existente para o desenvolvimento das atividades previstas.

Prêmios: O Programa AABB Comunidade recebeu três importantes prêmios da área social no ano 2000, que comprovam a efetividade e o sucesso da iniciativa:

- Top Social, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing - ADVB
- Top de Marketing, da Associação Brasileira de Marketing de Negócios - ABMN
- Cidadania, da Federação Mineira de Fundações de Direito Privado - Fundamig

Trabalho e Cidadania

Programa que desenvolve ações de apoio ao trabalhador, com base em sua sustentabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das comunidades urbanas e rurais.

Histórico

Em julho de 1997, a Fundação Banco do Brasil em parceria com o Ministério do Trabalho, lançou o Programa Trabalho e Cidadania. A iniciativa surgiu de necessidade, observada pela Fundação, de criar no País um mecanismo capaz de auxiliar na capacitação de trabalhadores e, conseqüentemente na geração de emprego e ampliação da renda da população brasileira. O projeto passou a ser realizado por meio de convênios com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e a Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego. Ficou acertado que caberia à Fundação operacionalizar a realização dos projetos encaminhados pelo Ministério.

Em pouco mais de três anos de existência, já foram realizados mais de 896 projetos, envolvendo cerca de R\$ 30 milhões e beneficiando mais de 70 mil trabalhadores.

Objetivos

Capacitar trabalhadores, gerar empregos e ampliar a renda. Estas são as diretrizes que pautam as atividades do Programa Trabalho e Cidadania. Em um país onde o desemprego atinge aproximadamente 4,5 milhões de pessoas, ou 7% da população brasileira, criar maneiras de oferecer para esses cidadãos a oportunidade de se reciclar e conquistar um lugar no mercado de trabalho é um dos objetivos deste programa.

Porém, não basta oferecer meios de colocação profissional, é preciso cuidar para que as condições de emprego correspondam às necessidades dessas pessoas. Cuidar para que as leis que protegem o cidadão sejam cumpridas e que o ambiente de trabalho gere também o bem-estar dessas pessoas.

Outro ponto de extrema importância para a Fundação Banco do Brasil é combater o trabalho infantil; afinal, como reafirma o programa AABB Comunidade, lugar de criança é na escola.

Público-alvo

São favorecidas pelo Programa entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos, que desenvolvam ações relacionadas à captação e qualificação de mão-de-obra, iniciativas capazes de gerar emprego e renda, capacitação profissional, melhorias nas condições de serviço e de combate ao trabalho infantil e degradante.

Metodologia

Os projetos realizados no âmbito deste Programa são encaminhados diretamente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) à Fundação, responsável pela operacionalização das ações. Após analisar a proposta, no caso de julgada viável, a Fundação encaminha a documentação para apreciação do MTE, que libera os recursos necessários por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Cabe à Fundação cuidar também das análises técnicas que assegurem a sua viabilização, dentro das metas previamente estabelecidas. Os investimentos prioritários estão voltados para projetos auto-sustentáveis, que contribuam para a transformação social da comunidade em que atua.

Parcerias

O Programa Trabalho e Cidadania prevê ações conjuntas da Fundação Banco do Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego – por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As ações são viabilizadas através de convênios com a Secretaria Executiva e com a Secretaria de Políticas Econômicas e Sociais do Ministério.

Como parceiros locais do Programa participam dos projetos entidades como prefeituras municipais, instituições de ensino e associações de moradores.

Projeto Memória

Projeto que desenvolve ações com objetivo de resgatar a história, os fatos e as personalidades que marcaram o Brasil, cuidando da preservação dos valores da nossa cultura.

Histórico

O Projeto Memória surgiu em 1997. Fruto de uma parceria da Fundação Banco do Brasil com Organização Odebrecht, a iniciativa busca desde a sua primeira atuação resgatar grandes personagens ou fatos da história brasileira. Neste ano, o primeiro homenageado foi o poeta Castro Alves, em comemoração aos 150 anos de seu nascimento.

Em 1998, foi a vez de Monteiro Lobato, um dos maiores escritores da nossa história, que na passagem do cinquentenário de sua morte, recebeu merecidas homenagens em todo território nacional.

No ano seguinte, a Fundação achou por bem comemorar os 150 anos de nascimento do jurista Rui Barbosa. E em 2000, como não podia deixar de ser, as ações foram voltadas à celebração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, que recebeu o título geral de "Cabral, o Viajante do Rei".

Prêmios: O Projeto Memória recebeu, por duas vezes, o Prêmio ABERJE nacional - em 1997 e 1999. Em ambas as edições, na categoria "Projetos institucionais".
Outorgante: Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

Banco de Tecnologias

Programa voltado para disseminação de tecnologias de baixo custo e fácil aplicação, propiciando a resolução de problemas sócias nas áreas de alimentação, demanda de água, renda, energia, educação e meio ambiente, por meio de uma base de dados, contendo informações sobre tecnologias geradoras de transformação social.

Histórico

Trata-se de uma base de dados, composta por informações detalhadas sobre iniciativas geradoras de transformações sociais positivas, ou seja, que efetivamente constituem soluções para questões relativas a demandas de água, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente. Só estão cadastradas tecnologias já aplicadas, com resultado e impacto social comprovados.

O principal instrumento de captação das tecnologias é o *Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social*, que conta com o apoio institucional da UNESCO.

Escola Campeã

Programa de fortalecimento da Gestão Municipal da Educação e das unidades escolares, a ser desenvolvido no período de 4 anos (2001-2004), por meio de ações para a melhoria do ensino fundamental. A participação dos municípios ocorre mediante convite aos respectivos prefeitos recém eleitos em 2000, onde a proposta é auxiliar no gerenciamento dos recursos da área de educação. Atualmente está sendo desenvolvido em 52 municípios.

O Programa tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino fundamental, a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e o aumento

da equidade social, por meio de ações para o fortalecimento da capacidade da gestão municipal da educação e da gestão escolar.

Público-alvo

Prefeituras e escolas municipais de várias regiões do Brasil, com o objetivo de abordar a maior diversidade possível de características geográficas e de desenvolvimento sócio-econômico.

Metodologia

A participação dos municípios ocorre mediante convite aos respectivos prefeitos recém eleitos em 2000. Eles representam a maior variedade possível de realidades brasileiras e estão agrupados em torno de oito cidades-pólo, situadas em todas as regiões do País. Nesta primeira fase, o Programa está sendo desenvolvido em 52 municípios e tem uma duração prevista de quatro anos, ou seja, acompanha a gestão municipal.

A proposta é auxiliar no gerenciamento dos recursos da área de educação. Oito coordenadores acompanham o desempenho destas cidades, cada um deles com um número fixo de municípios.

Os dois componentes do Programa – Gestão Municipal e Gestão Escolar – têm uma forte âncora na integração local com o Colegiado Escolar, parceiros empresariais, formadores de opinião, lideranças comunitárias. A idéia dessa coalizão é dupla: assegurar o suporte para melhorar o sistema escolar do município e garantir a sustentabilidade das políticas e práticas implantadas.

Parcerias

O Programa Escola Campeã está fundamentado no conceito de Aliança Social Estratégica, firmada entre a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Ayrton Senna.

A Aliança conta com o apoio da Fundação Luis Eduardo Magalhães, que cedeu os direitos de uso da metodologia do Programa de Gestão. A Fundação Pitágoras é a executora do projeto.

BBEducar

Programa de alfabetização de jovens e adultos, que conta com a participação de alfabetizadores voluntários, capacitados por instrutores do Banco do Brasil.

Surgiu em 1992, quando um grupo de funcionários tomou a iniciativa de escolarizar colegas de carreira de serviços gerais. Essa iniciativa foi um sucesso e levou a área de Recursos Humanos do Banco a perceber que o trabalho poderia ir mais longe. Os objetivos do BBEducar se identificam com os da Fundação, de contribuir para o desenvolvimento social do país enfocando ações auto-sustentáveis nas comunidades onde atua.

Esse programa se propõe a colaborar na diminuição do índice de analfabetismo no país; envolver as unidades familiares em propósitos e ações que visem a acentuar o exercício da cidadania; propiciar condições de inclusão de alfabetizandos nos cursos

supletivos ou de ensino fundamental; envolver o Poder Público em ações que possibilitem a concessão de Documentos de Identidade aos cidadãos alfabetizados; fortalecer a integração da empresa com as comunidades.

Metodologia

Como metodologia de ensino, o Programa adota os princípios de educação Libertadora e da Prática da leitura do mundo, pressupostos da pedagogia do professor Paulo Freire, fazendo parte também os fundamentos epistemológicos do conhecimento da psicopedagoga Emília Ferreiro, partindo dos fundamentos da realidade histórica, política, sócio-econômica e cultural do alfabetizando considerados por Vygotsky.

Além da Fundação Banco do Brasil e do Banco do Brasil, o Programa é viabilizado a partir de convênios com governo federal, estadual, municipal, instituições sem fins lucrativos, associações de moradores, igrejas, comitês da cidadania e entidades diversas.

Trata-se de um processo contínuo, dinâmico e, principalmente, crítico, que valoriza a cultura e a realidade do aluno, incentivando o pleno exercício da cidadania.

Mais informações sobre os projetos encontram-se nos Anexos I e II.

Algumas palavras sobre Emília Ferreiro, Paulo Freire e Vygotsky

Serão apresentados aqui apenas alguns pontos relevantes dos três autores citados, Emília Ferreiro, Paulo Freire e Vygotsky, para podermos entender as concepções utilizadas no projeto do BBEducar, atento ao fato de que será necessário, se o leitor quiser se aprofundar mais no assunto, recorrer às citações bibliográficas que se encontram no final deste trabalho.

O trabalho de Ferreiro baseia-se na aquisição de linguagem e em pesquisas sobre leitura e escrita. Julga necessário que saibamos a diferença entre a leitura ideográfica e a alfabética. A leitura ideográfica é aquela dos primórdios da humanidade, ou seja, representada por figuras, grafias, desenhos. Criava-se um significante muitas vezes icônico ao significado. A escrita alfabética é aquela que existe na relação entre as partes das palavras e os seus sons.

Considerando-se então os aspectos construtivos da escrita (relação entre o que a criança quis representar e os meios que utilizou para criar diferenciações entre as representações) citamos as 3 etapas do desenvolvimento da escrita pela criança, segundo Ferreiro:

1. *Distinção entre o modo de representação icônico e o não – icônico (arbitrário)*. Nessa etapa, a criança num processo de construção vai diferenciando aquilo que é desenho ou som (icônicos) e aquilo que é escrito (não – icônico). A criança tem a hipótese de que os objetos são passíveis de forma escrita, e de que não precisa só de desenho para representá-lo.

2. *Construção de formas de diferenciação do controle progressivo das variações sobre os eixos qualitativos (que é a mudança da ordenação das letras) e do eixo quantitativo (que é o número de letras utilizadas)*. Aqui a criança se apropria das letras que encontram no meio em que vive, não inventando letras novas e, em consequência disso, ela vai tentando criar formas de diferenciar a escrita das palavras para que possam ser interpretadas. Esse seu esforço, primeiramente será o processo intrafigural e posteriormente o interfigural.

3. *Fonetização da escrita (que se inicia com um período silábico e culmina no período alfabético)*. A grafia começa a ser controlada pelo som, as letras podem começar a adquirir valores sonoros (silábicos).

Observamos também que existem alguns conflitos gerados pela hipótese silábica que posteriormente gerarão soluções, ou seja, essa hipótese silábica vai permitir a obtenção de um critério geral que direciona a atenção da criança nas variações sonoras e que regula a quantidade de letras que serão utilizadas.

Os tipos de conflito são: a contradição entre as próprias variações sonoras e a quantidade mínima de letras a serem utilizadas. A criança vai perceber que algumas vezes, ao se escrever, sobram ou faltam letras. Um exemplo é o monossílabo que deveria ser escrito com uma única letra, mas se for assim não se consegue ler, não se consegue interpretar o que está escrito, e a contradição entre a interpretação silábica e as escritas produzidas pelos adultos.

A resolução desses conflitos se dará progressivamente. Na proporção em que eles vão desestabilizando a hipótese silábica a criança poderá estar construindo uma nova hipótese, um novo raciocínio. Essa construção da aquisição da escrita irá se estabelecer ao longo da história social da criança, pois ela vive em um ambiente muito rico em informações, que está constantemente provocando desequilibrações, através dos portas – textos, as formas corretas de escrita que estão contidas no dia – a – dia, nas interpretações das pessoas que rodeiam a criança, desta forma ela progressivamente vai criando novas hipóteses e conflitando outras.

Observa-se, a importância do papel dos profissionais de ensino que, em geral, possuem três dificuldades encontradas nas idéias que têm da concepção de escrita, a primeira é a da visão que um adulto alfabetizado tem da própria escrita, não dá para conseguir voltar à consciência de quando ainda era analfabeto; segunda: a confusão entre escrever e desenhar letras, que é difícil esclarecer, pois está baseado principalmente no processo de aprendizagem da cópia e repetição dos modelos apresentados; e terceiro: os adultos já alfabetizados tendem a uma redução do conhecimento daquele que lê ao conhecimento que ele tem das letras e seu valor sonoro, o que não é verdadeiro.

Conhecendo essas dificuldades, podemos ver como isso influi na prática docente. Por exemplo, a polêmica sobre a ordem em que devem ser introduzidas as atividades de escrita e as de leitura. Se a concepção for da escrita como aprendizado de um código de transcrição, pode-se separar o ensino da leitura e da escrita como duas técnicas diferentes, mas complementares. Se a concepção for a da compreensão da estrutura do sistema de escrita e que para isso a criança tende a realizar tanto a atividade de produção como de interpretação, a diferenciação das duas não tem sentido. Um outro exemplo é sobre o modo de apresentação das letras: mesmo que na escola a criança só tenha autorização para copiar, isso não impede o contato delas com o que há fora da escola (os porta – textos, por exemplo) que é uma informação variada, geralmente desordenada. Da mesma forma quando a escola tenta controlar o comportamento dos pais a respeito do modo de apresentação, isso com certeza não impede o contato da criança com todos os informantes possíveis no cotidiano da criança (irmãos, tios, avós...).

Observamos, então, que a concepção que o educador tem da escrita influencia sua prática pedagógica. E conhecendo a concepção de aprendizado da escrita, segundo a qual a criança é sujeito cognoscente do processo e o conhecimento não é algo que os outros possuem, pois há uma lógica comum que norteia a criança, ao contrário do que se concebia antes, compreendemos que não será mudando os métodos de ensino, ou livros didáticos, que o problema da alfabetização se resolverá.

Em um de seus livros, *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire destaca alguns “saberes (...) indispensáveis à prática docente” (p.23), abordando a relação educador-educando, salientando que o saber ensinar exige algumas práticas necessárias como pesquisa, metodologia, criticidade, estética, ética, bom senso, entre outras. Além disso, chama a atenção de que o professor deve ter uma reflexão crítica sobre a teoria e prática

docentes, para que a primeira não se torne “blábláblá”, a segunda não se torne “ativismo”. É ressaltada a importância de que ensinar não é transferir conhecimento, mas tornar possível a construção e a produção deste, já que não existe docência sem discência, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (p.25).

A teoria de Freire nega e critica o ensino “bancário”, aquele em que o conhecimento é depositado no educando, da mesma forma em que reforça a idéia de que o educador deve não apenas ensinar conteúdos, mas ensinar a pensar por si mesmos, a desenvolver a criticidade, a curiosidade epistemológica, e lutar contra a submissão. Ou como ele mesmo diz: “quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”(p.26).

Freire, contrário ao discurso da acomodação, da determinação histórica, (“somos seres condicionados, mas não determinados” p.21), da silenciosidade e do autoritarismo, discursa sobre a responsabilidade do professor em respeitar o aluno que, através do equilíbrio que deve existir entre autoridade e liberdade, em oposição ao autoritarismo e a licenciosidade, e através da relação dialógica, pode chegar à disciplina e ao respeito mútuo. “No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas, é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (p.105).

O método proposto por Vygotsky parte do princípio de que “o desenvolvimento do homem está ligado ao desenvolvimento geral da espécie” (VYGOTSKY, 1984, p.69), utilizando como instrumento a mediação dialética.

A base de seu método está contida em: *analisar processos ao invés de objetos* - qualquer processo psicológico é um processo que sofre mudanças, é um desenvolvimento. Desta forma, o método de Vygotsky pode ser chamado de “método desenvolvimento experimental”, porque ele centrará suas pesquisas na comprovação de como a capacidade de resolução de uma tarefa aumenta se houver a intervenção de um instrumento psicológico, que são todos os objetos cuja utilidade está em ordenar e reposicionar informações, propiciando ao sujeito utilizar-se de sua própria inteligência, como algumas figuras de cartão, por exemplo, que irão servir de mediação; *maior atenção à explicação ao invés da descrição*: não se preocupa em descrever porque isso não revela as relações dinâmico – causais reais subjacentes ao fenômeno estudado; sua análise baseia-se no estudo da gênese, estudo da origem (psicogênese) e não analisa fenótipos (manifestações e aparências comuns de um objeto). Pois, “a psicologia nos ensina a cada instante que, embora dois tipos de atividades possam ter a mesma manifestação externa, a sua natureza pode diferir profundamente, seja quanto à sua origem ou à sua essência. (...) A tarefa da análise é revelar essas relações” (VYGOTSKY, 1984, p.72); *tentar se distanciar dos comportamentos “fossilizados”*, esses tipos de comportamentos são observados nos processos psicológicos automatizados ou mecanizados, são “processos que esmaeceram ao longo do desenvolvimento histórico” (VYGOTSKY, 1984, p.73) e por seu caráter automático acabam tornando difícil a análise. Portanto, o método se preocupa com o processo e com a compreensão da origem, sendo o ponto de partida o estudo das funções rudimentares.

Pretende-se estudar historicamente o fenômeno, pois “estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança”(VYGOTSKY, 1984, p.74). Para Vygotsky o fator genético não garante o fato humano, a origem do homem produz-se através da atividade conjunta e é garantida pelo processo social da educação.

Vygotsky aborda a importância da relação entre aprendizado e desenvolvimento e o aspecto específico de quando as crianças atingem a idade escolar. Para ele, o aprendizado das crianças começa muito antes de frequentarem a escola; o aprendizado e desenvolvimento se relacionam desde o nascimento, isto é, estão inter-relacionados. O aprendizado traz para a criança algo fundamentalmente novo, mais do que um conhecimento sistematizado.

As funções psicológicas superiores são para Vygotsky descendentes do desenvolvimento cultural e não biológico. E esse processo de formação dar-se-á pela atividade prática e instrumental, no entanto não individual, mas em cooperação social.

A linguagem, para Vygotsky é de extrema importância, pois serve como meio mais rápido de mediação. Há até aqui duas formas de mediação abordada por ele, a mediação instrumental e a mediação social. Na verdade, para Vygotsky, primeiro ocorre entre pessoas e depois dentro da própria criança.

O caminho entre uma criança e um objeto passa pelas mãos de um adulto, da mesma maneira, o caminho da criança para o adulto passa pelo objeto. Essa mediação proporciona a criança uma consciência não própria dela, e sim de uma memória, atenção emprestadas pelo adulto, que vão suplementar e ajudar na formação de sua mente. Assim sendo, há uma preocupação não tanto no que ou com que se ensina, mas quem ensina.

Quando Vygotsky fala de desenvolvimento psicológico, ele está se referindo ao desenvolvimento cultural da criança. O que determinará o sentido evolutivo será o que a criança realiza em conjunto com algum companheiro, pois Vygotsky enfatiza a capacidade que toda criança tem de solucionar problemas com a ajuda dos outros.

Para melhor compreensão do aprendizado, Vygotsky elabora um conceito de excepcional importância, que é a *Zona de Desenvolvimento Proximal ou Potencial*, que é definido como “a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob uma orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”(VYGOTSKY, 1984, p.97).

Então, o nível de desenvolvimento real é aquele relativo aos ciclos de desenvolvimento já completados, desenvolvimento no qual as funções mentais da criança já estão amadurecidas. O nível potencial é a capacidade de resoluções de problemas das crianças através da ajuda de um guia, um adulto. E através da zona de desenvolvimento proximal, pode-se entender não somente os ciclos que já foram completados, mas também aqueles que estão começando a amadurecer. Por exemplo, aplicou-se um teste em dois alunos com a mesma idade mental (sete anos). Atribuiu-se um professor como guia oferecendo demonstrações e explicações, e obteve-se resultados diferentes: no primeiro observou-se que este atingiu uma idade mental de nove anos, e o outro não conseguiu ir além de sete anos e meio. Nesse teste, mesmo

ambas as crianças tendo o mesmo nível de desenvolvimento real, o que se pode perceber é que apenas a primeira possui uma zona de desenvolvimento potencial muito mais ampla.

Como na abordagem Piagetiana, a criança é um ser ativo, que pensa e é capaz de atingir todas as suas potencialidades, mas umas das coisas que irão diferir é que o outro, aquele que é o mediador, é de extrema importância, ele interage com a criança e proporciona a ela não um limite mas sim uma nova possibilidade de desenvolvimento. O papel do professor nessa abordagem é desse adulto que interage, é mediador do processo de desenvolvimento da criança. E o aspecto essencial do aprendizado é a zona de desenvolvimento proximal.

Um fator a ser considerado sobre essa abordagem, não a abordagem em si, mas por sua aplicação educacional, é o que o professor deve conhecer e propiciar aos alunos os instrumentos mediadores, conhecer também os contextos sociais, e ter essa interação com o aluno.

O BBeducar⁸

O programa se propõe:

- acentuar o exercício da cidadania dos alfabetizados e dos alfabetizadores;
- ampliar a função social do Banco, colaborando na erradicação do analfabetismo no País;
- fortalecer a integração da Empresa com as comunidades.

Para tanto emprega como metodologia uma prática pedagógica que pressupõe uma construção coletiva, a participação do educando e do educador como sujeitos do processo, uma relação dialógica, dinâmica, contínua e principalmente crítica, que tenta resgatar a cultura e a cidadania desses sujeitos.

O projeto funciona da seguinte forma: funcionários do Banco participam de um curso ministrado em Brasília no qual são formados os futuros instrutores do BBeducar. Esses, por sua vez, irão ministrar os Cursos de Formação de Alfabetizadores.

Nesse curso, com duração de 40 horas semanais, são apresentados textos geradores de temas os quais propiciam o entendimento da estrutura do programa, abordando os conceitos principais defendidos pelo BBeducar. Os textos apresentam dentre outras coisas, as diversas concepções de educação (tradicionalista, liberalista, tecnicista, dialética) fornecendo assim base teórica para que cada futuro alfabetizador analise sua prática, compreendendo também que aprender as concepções “não significa apenas conhecer que diferentes filósofos e pensadores escreveram a respeito (...) é também a possibilidade de melhor compreender nossa prática educativa e conseqüentemente, de poder transformá-la.” (Apostila BBeducar, p.6) Assim a educação pode servir de instrumento tanto de libertação quanto de domesticação do homem.

Há também uma adaptação de um texto feito por um outro projeto que está em desenvolvimento em alguns municípios no Estado de São Paulo, que é o chamado MOVA-SP, que aborda reflexões sobre o processo de alfabetização, no qual a atuação do educador-alfabetizador implica no movimento entre as tarefas de planejar-observar-registrar-avaliar cada encontro com os educandos, ser capaz de construir o processo alfabetizador, compreendendo globalmente o que faz e porque o faz. E nessa tarefa não está sozinho, apostando no movimento coletivo de reflexão que são os encontros de formação permanente.

É rejeitada a prática tradicional de entrega de pacotes pedagógicos prontos, ou seja, conteúdos desenvolvidos e exercícios a serem preenchidos, os quais subestimam a capacidade de pensar do professor.

Desta forma, parte-se de princípios políticos pedagógicos nos quais o saber e o saber-fazer são um processo histórico contínuo, coletivo e profundidade pessoal.

⁸ Os dados em que se baseia essa explanação foram tirados da apostila BBeducar fornecida por Oliveira, na visita realizada em Ribeirão Preto. Oliveira também mostrou duas fitas de vídeo: uma aborda um Núcleo localizado na Bahia, e a outra produzida pela própria FBB falando sobre o programa, entretanto, não pude ter acesso para utilizá-las como referência.

Princípios esses fundamentados na pedagogia libertadora de Paulo Freire e princípios metodológicos gerais de alfabetização fundamentado em Emília Ferreiro, que evidencia: as regras básicas do sistema escrito convencional que devem ser assimiladas pelos educandos; o oferecimento de atividades planejadas para que o alfabetizando descubra e compreenda as regras do sistema escrito, observando, comparando, analisando diferenças e semelhanças, sabendo que não é preciso repetir todos os possíveis padrões silábicos; o questionamento do que é o mais fácil ou mais difícil para se começar a alfabetizar; e o entendimento de que convivemos com multiplicidade de materiais escritos não só produzidos dentro da escola.

Instrutores (Curso de Formação) – Alfabetizadores – Núcleos de Alfabetização

Os núcleos de alfabetização são constituídos pelos próprios alfabetizadores que são indicados pelas Instituições/Entidades ou pela Prefeitura que formam parcerias com o Banco do Brasil e vão fornecer o apoio necessário para o desenvolvimento do projeto.

O trabalho do alfabetizador se dá na formação de turmas (os Núcleos) localizadas em espaços cedidos pelas Instituições envolvidas, buscando, sempre que possível, proximidade com residência ou local de trabalho dos alunos. As entidades contribuem também na concessão de material didático e merenda aos alunos.

Essas aulas são ministradas seis horas por semana, durante 6 a 8 meses, para grupos de 20 a 25 alfabetizandos, que podem ser divididos em 3 dias por semana com duração de 2 horas ou de 2 dias com duração de 3 horas (a escolha fica por conta da necessidade de cada alfabetizador).

Esse trabalho é acompanhado através de encontros, seminários regionais e plantão pedagógico realizado pela Coordenação do Programa.

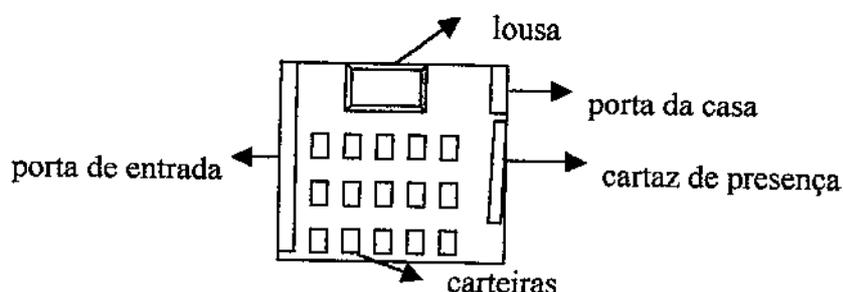
ZOOM: Um Núcleo em Cubatão

O Núcleo que visitei está localizado em um bairro muito sugestivo: Vila Esperança, no município de Cubatão – SP.

A iniciativa desse projeto nasceu da parceria entre o Banco do Brasil, agência Cubatão e a prefeitura.

A turma está formada desde agosto de 2002. Os encontros acontecem nas segundas, terças e quartas-feiras, das 19:00hs às 21:00hs. Atualmente são mais ou menos 15 alfabetizandos, no início chegavam quase a 20-23. O local é um salãozinho que pertence à própria alfabetizadora.

Há mais ou menos umas 15 carteiras com cadeiras, dividido mais ou menos em 3 fileiras de 5 carteiras. Há uma lousa não muito grande na frente. Na parede, vários desenhos feitos pelos alfabetizandos. Na parede à direita da lousa temos um cartaz grande de presença com o nome de cada educando, cujo preenchimento é de responsabilidade dos próprios educandos. Do lado esquerdo temos um cartaz sobre o combate à dengue, fornecido pela Fundação. Acima da lousa mais cartazes e um gráfico sobre as eleições que foi produzido depois de uma votação entre a turma (ver esboço abaixo).



O grupo é formado por moradores do bairro. A alfabetizadora, Eliane, tem magistério e é professora. O marido dela, Manoel, é líder comunitário e servidor municipal.

A lousa, as carteiras e as cadeiras foram doadas pelo BBeducar e a merenda, que é servida a todos, vêm da Prefeitura.

Todos os alfabetizandos recebem um kit do programa, chamado “kit Bbeducar”, o qual é composto por caderno, bolsa, caneta, lápis, borracha e uma camiseta amarela. O professor também recebe uma camiseta, mas de cor azul.

Mais ZOOM: “Para que ninguém passe pelas dificuldades que tive”

O maior incentivador nesse núcleo podemos dizer que é o marido de Eliane: “eu podia ter usado esse espaço para abrir um comércio ou aluga-lo, mas preferi fazer alguma coisa pelo povo sofrido”, já que “(...) foi constatado em Cubatão, principalmente depois do Censo IBGE, um grande número de analfabetos...”

Segundo dados fornecidos pelo próprio Manoel, a principal fonte de renda da população da cidade advém das inúmeras fábricas instaladas, uma delas a COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista), entretanto, o desemprego vem aumentando cada vez na região.

Com o projeto, a alfabetizadora recebe todo mês uma cesta básica, fruto da parceria do Banco com algumas instituições. “Não trabalhamos pela cesta, afinal quando comecei o curso nem sabíamos que a receberíamos” relata Eliane, “busco uma alternativa de vida melhor, pois conhecemos as dificuldades de cada um”, e continua: “a aula começa às 19:00hs, mas combinamos entre nós que podemos ter atraso de 15 a 20 minutos, afinal a maioria vêm do trabalho e precisa de um tempinho para jantar, tomar banho”.

No início eram mais interessados, mas por um problema aqui e outro ali foram abandonando, um mudou-se para São Paulo por causa de emprego, uma outra está grávida e sempre está indisposta, etc. “os que ficaram eu posso dizer que são os que realmente precisam e se interessam”, comenta a professora.

Simplicidade, compromisso e muita disposição, é o que percebemos nessa mulher, mãe, magrinha, sorridente, que proporciona a alguns vizinhos a possibilidade de conhecer as letras.

“Meu nome é Manoel, já estou aposentado, e antes de morrer queria ainda aprender a ler e escrever” diz um dos participantes.

“Perdi o emprego porque a Empresa mudou para São Paulo, tenho mulher e uma filhinha, hoje em dia é preciso de estudo para arrumar outro” – Renato, jovem que também faz parte do grupo.

Cheguei às 18:45hs. Uma noite escura e chuvosa. Muito movimento de bicicletas, pessoas, ônibus e lotações na avenida em que se encontra o Núcleo. Depois de algumas idas e vindas, finalmente o encontrei. Muito gentilmente fui recebida pelo Manoel, a Eliane, sua filha de quatro anos, a Manuela e a outra de um ano, a Gabriela, e um educando, o Geraldo. Os outros foram chegando pouco a pouco. Outros ainda iam sendo chamados pelo próprio Manoel. Ao todo chegaram oito.⁹

⁹ Vale ressaltar que na frente do salão havia bandeiras de propaganda do candidato à reeleição: o governador Geraldo Alckmin, e em uma das conversas entre os participantes me perguntaram qual minha opção política, nessa hora, senti que estavam muito preocupados com o que eu realmente estava fazendo

Quando todos estavam na sala, a alfabetizadora pediu que cada um rezasse da sua maneira uma oração, o Pai –Nosso para agradecer o dia.

Houve uma apresentação geral. Contaram sobre Cubatão, perguntaram muito sobre Campinas. Depois de muita conversa a alfabetizadora fez um exercício de coordenação motora com as mãos, exercício que aprendera nos encontros semanais com a Coordenação do Projeto. Mostrou um relatório sobre a empresa COSIPA, onde perguntou sobre algumas imagens que viam, sem lerem a legenda, do que se tratava.

Depois, a educadora escreveu na lousa cada uma das palavras sugeridas¹⁰ e foi estudando as famílias das mesmas.

Tivemos a hora da merenda, leite com chocolate, bolachas doces e salgadas.

E um apelo seguido de um desabafo vindo do marido da Eliane: “a gente tenta fazer a nossa parte, mas falta muita coisa para os educadores, faltam cursos de aperfeiçoamento, mais atenção, incentivo mesmo, sabe como é, se um dia a situação piorar teremos que encerrar o trabalho e utilizar a sala, mesmo sabendo que esse trabalho é mais importante e gratificante para nós”.¹¹

“Partir do universo do educando, analisar corretamente a conjuntura é fundamental para uma prática social transformadora” (MOVA-SP).

ali, se um representante do BB, da prefeitura...por isso demonstravam um certo incômodo ao abordar esse assunto.

¹⁰ Nesse ponto notei como o papel da pesquisadora é muitas vezes difícil, pois a palavra usada como referência nesse dia foi o meu próprio nome.

¹¹ Com essa fala pude notar que nesse Núcleo o programa é considerado uma parte integrante do governo atual, tendo em vista a preocupação da alfabetizadora de que não acabe a iniciativa e nem tampouco que seja eleito um novo governador, embora, na fala dos educandos, observei que o partido de oposição é escolhido pela maioria.

FOCALIZANDO O OLHAR

Quando pensamos nas práticas sociais realizadas pelo Estado, quase sempre, nos vêm à cabeça a idéia de uma instituição que cada vez mais se posiciona distante da população carente brasileira.

Retomando o que já foi exposto, de maneira bem resumida, observamos no palco das disputas políticas, a preocupação da definição dos campos de atuação estatal, já que pela nova ordem mundial, regida pela ótica neoliberal de mercado, cabe a ele uma atuação mínima, o que culmina no desenvolvimento de políticas sociais de assistência. Por outro lado, observamos também que o ganho financeiro estatal diminui consideravelmente em decorrência principalmente da perda do setor econômico que passa a ser gerenciado agora pela nova esfera do mercado, a “sociedade civil”.

Essas mudanças já vinham sendo percebidas desde o final dos anos 80, perpassando os governos Collor e Itamar Franco e vão se intensificar efetivamente na década de 90 e na atual, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O Estado passa a assumir pouco a pouco o caráter minimalista que as mudanças globais impõem. Sua lógica de sobrevivência vai perdendo forças e sua atuação vai limitando-se. Perde-se muito com as grandes privatizações, o lado financeiro do Estado que garante sua economia, começa a diminuir e passa-se a criar formas de supri-las: surgem os impostos sobre movimentação financeira, reduz-se a atuação estatal.

Ao Estado cabe apenas as políticas sociais, principalmente as de assistência. Entretanto, com a escassez de verbas cada vez maior, as suas ações vão se limitando, ou se precarizando.

O Brasil moderniza-se, é “mais urbano, industrial, independente”. A lógica neoliberal afirma-se paulatinamente. O contexto político-econômico brasileiro vai se caracterizando pelas transformações principalmente no modo de produção, que é a nova ordem mundial. Assim, como vimos em Montañó (1999), essas mudanças partem basicamente da nova revolução tecnocientífica, envolvendo robótica, microeletrônica, genética, etc...; nada mais é regional, local. Tem-se uma superação da concepção de espaço-tempo, não se tem mais limites de distância, fronteiras, tudo acontece em tempo real – imagens, sons, informações, algo pode estar passando em outro continente e podemos acompanhar ao mesmo tempo em que tal acontecimento ocorre. Essas mudanças passam a interferir nas formas de produção: sofisticada-se a tecnologia, dispensa-se o trabalho humano e independe-se do território em que se encontra. As multinacionais, por exemplo, instalam-se onde for mais conveniente. Diante disso, padroniza-se o treinamento dos trabalhadores, há de se adaptar em qualquer lugar do mundo.

Diante disso, as condições objetivas do mundo do trabalho mudam e a educação deve acompanhá-las.

Então, tal como vimos nas transformações políticas significativas pelas quais a modernização brasileira passou, o campo da educação, tendo em vista o valor fundamental que possui, tornou-se cada vez mais disputado. Os vários sujeitos políticos,

ao seu modo, articularam estratégias de imposição de seus objetivos. Desta maneira, as políticas educacionais vão pendendo para essas entidades de interesses privados.

Todavia, não deixamos de perceber que o Estado, visando sua manutenção e sustentabilidade, utiliza-se das políticas sociais para assegurar a nova “lógica de mercado”.

E perante a lógica neoliberal, o Estado enxuga suas atuações, a tal ponto que se torna mínimo. Cortam-se gastos, logo, diminuem-se os investimentos no setor que lhe cabe: o social. Sua postura política reverencia o mercado. Assim, como já vimos, ao Estado cabe promover serviços e assistência à população carente, que o “mercado” não pode oferecer. Mas, não podemos, todavia, deixar de mencionar o fato de que, em uma análise do ponto de vista econômico e político, como nos aponta Sanfelice, “não são políticas voltadas para os ‘carentes’, mas políticas que se voltam para a força de trabalho como tal e que visam mobilizá-la, discipliná-las e torná-la apta para o mercado de trabalho. São políticas que se aplicam tanto à força de trabalho inserida no mercado, quanto à força de trabalho potencial” (Sanfelice, p.04) e “se é certo que as políticas educacionais são organizadas ou re-organizadas pelo Estado no sentido de responder às mudanças qualitativas do mundo da produção capitalista e da expansão do capital, também é certo que elas passam a ser objeto de demanda das classes trabalhadoras em busca do saber socialmente produzido e disponível” (idem, p.08).

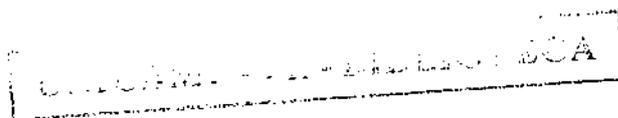
Como as políticas públicas dão materialidade e sustentabilidade ao Estado, tal como elas, as políticas educacionais estão atreladas ao projeto de sociedade que se espera. E no contexto do mercado, a própria Educação passa a ser vista como mercadoria, e a disputa por ela, torna-se acirrada.

Principalmente após a Constituição de 1988, o campo educacional aparece como objetivo central de diversos atores políticos - o empresariado, a Igreja, os especialistas em educação, o Estado, a sociedade civil, dentre outros, lutam pelos seus espaços e defendem suas propostas, visando as suas concepções de mundo/cidadão. As propostas democrática de massas e liberal corporativa revezam-se ora uma assumindo papel principal, ora outra. Observa-se que os interesses, sejam de um segmento ou de outro, vão criando os moldes para a formação do cidadão.

Há a tendência da formação de um novo cidadão, que esteja preparado para as novas mudanças estruturais. O que está em jogo não é só a questão da habilidade, mas de criar um sistema que difunda uma nova cultura comportamental. Tem-se que formar o sujeito que atue no mercado, e que se torne competitivo, por isso a importância da formação básica de todos.

Entretanto, depara-se com diversos problemas: há falta de recursos, esvaziamento da rede pública de ensino, evasão de professores, seja por aposentadoria, seja pelo abandono de emprego. Na saúde, o estado é de redução de percentuais orçamentários e a situação torna-se calamitosa.

Por conta disso, o Estado, perante essa carência de recursos e a deteriorização das práticas sociais, embora não se afaste totalmente dessa responsabilidade, abre espaços para novos setores surgirem, os chamados terceiro setor.



“Os empresários industriais continuam a exigir do governo medidas que visem a ajustar o sistema educacional às necessidades produtivas contemporâneas. No entanto, diante, da aceleração do processo de difusão de inovações tecnológicas, eles se anteciparam ao governo e iniciaram por conta própria, o processo de requalificação da força de trabalho disponível no mercado e excluída da escolarização necessária (...)” (Neves, 2000, p.56)

A sociedade civil cobra do Estado a preservação e ampliação de direitos. A lógica que se espalha é de que “não é o Estado que tem que fazer, não se pode esperar a ‘boa vontade do Estado’, é a população que tem que se virar, buscar parcerias com empresas, entidades; a família precisa colaborar também” - lógica da cidadania, da solidariedade, da participação de todos...

Expandem-se com isso a esfera do terceiro setor, que está fora do âmbito estatal, mas que vai assumindo fatias das políticas sociais. Utiliza-se da ausência do Estado para consolidar-se. Não se impõe ao mercado, pois já está inserido nele. Assume a responsabilidade social, veste-se com a bandeira da democratização, da participação social, da cidadania. Seu foco espalham-se em todos os setores: educação, saúde, etc.

Para podermos ter uma visão dessa atuação, que se multiplica na história brasileira, foi focalizada uma fundação ligada ao setor bancário. Fundação esta que surge exatamente, no meio de todos esses pontos levantados, como aparato estatal na solução de problemas sociais, como ajuda privada ao setor público.

A Fundação Banco do Brasil caracteriza-se como um representante do terceiro setor, surgindo como uma resposta de atuação social, decorrente da chamada responsabilidade social empresarial que se torna consensual na sociedade. Aparece, como podemos observar, em meados dos anos 80; justamente quando algumas mudanças (econômicas, políticas) começam, e com toda a reestruturação da economia brasileira – industrial para financeira. Formação esta, fomentada pela minimização do Estado nas políticas sociais e ações assistenciais.

Como vimos, muito mais do que a atuação social, a FBB envolve-se em projetos que perpassam o âmbito do assistencialismo - uma simples ajuda na pintura de escolas, ou apoio aos trabalhadores ligados ao próprio Banco do Brasil (objetivo este que fez surgir o programa de educação BBeducar). Observamos isso ao analisarmos aos números financeiros envolvidos, bem como na diversidade de projetos aprovados e investidos.

Assim, do ponto de vista econômico, a preocupação da FBB é com a formação do trabalhador inserido nas novas condições/formas de trabalho impostas pelo regente do sistema: “mercado”. Desta forma, atua na capacitação do profissional, no incentivo ao cooperativismo, como observamos no Programa Trabalho e Cidadania, ou mesmo nos Programas de Alfabetização do BBeducar, ou o AABB Comunidade.

Só para termos uma idéia desse aparato social, nos doze anos de projetos, foram investidos cerca de R\$ 400 milhões distribuídos pelo território brasileiro: no Estado do Amazonas, foram investidos R\$ 2.390.086,84 em 17 municípios, no Estado da Bahia R\$ 12.669.547,78 em 152 municípios, no Distrito Federal, R\$ 40.639.030,45 em 5 municípios, no Rio Grande do Sul, R\$ 28.528.794,90 em 227 municípios e em São

Paulo, R\$ 35.987.165,38 em 26 municípios, de acordo com o Relatório Histórico 1988-1999 da FBB.

Entretanto, esse investimento ultrapassa a linha de programas, contribuindo até para reformas estruturais, como a Reforma do Museu do Rio Cuiabá ou da Catedral Metropolitana em Brasília, ou a implantação de recursos tecnológicos, baseados na compra/doação de materiais, bem como na integração de iniciativas privadas e públicas. (esses e outros projetos podem ser verificados nos Anexos VI e VII). Vestem a roupagem que mencionamos.

Pela visão teórica, observamos que alguns elementos em voga estão inseridos nas propostas da FBB e na política neoliberal: desenvolvimento social, flexibilidade, comunicação, subjetividade, desenvolvimento sustentável, ou mesmo os indicadores sociais que sustentam os objetivos de transformação social através da educação: analfabetismo e analfabetismo funcional (Anexos III e IV). Assim, como vimos em NEVES, todo e qualquer determinante que se atrele às políticas sociais, bem como as educacionais, vai definir o tipo de sociedade que se espera, nasce do fato de que todas as mudanças qualitativas ocorridas na organização e produção e relações de poder redirecionam as estratégias econômicas e político-sociais.

Ou como vemos no Art 1º do Regimento: *“É missão da FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, contribuir para o desenvolvimento social do país, mediante ações de promoção, apoio, incentivo e patrocínio nas áreas de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Recreação, Desportos, Ciência e Tecnologia e Assistência a Comunidades Urbano-Rurais”*. (REGIMENTO, Cap. I, art. 1)

Mesmo tendo a Fundação um caráter voltado para ações além do âmbito educacional, o que é mais evidente e explicitado é a importância da formação do sujeito: que sujeito esperar, e qual o conceito de cidadania empregado.

Assim, como podemos observar na estrutura do programa BBeducar, utilizando-se de concepções que vêm de oposição às antigas tradicionalistas, de manutenção de um *status quo*. É a tal roupagem modernizadora, atual, que capacita o sujeito em suas novas formas de estar apto ao mercado. No qual, mais do que qualquer coisa o estudo e seu nível de escolarização determinam para qual profissão estarão habilitados. Pincelando, introduz-se Paulo Freire, numa abordagem sobre o despertar para uma consciência crítica. Implanta-se Emília Ferreiro como instrumento da aquisição da leitura e escrita. Inclui-se Vygotsky pois o homem não aprende sozinho.

O programa em si do BBeducar está bem estruturado, voltado para um discurso hodierno, de caráter transformador, mas bem distante da realidade escolar com que deparamos. Por isso, algumas vezes, encontramos uma fala de que o curso oferecido pela FBB é como uma “reciclagem” para os professores, pois muitos deles estão ouvindo pela primeira vez sobre os autores, ou somente tenham ouvido falar em algum momento.

De acordo com os objetivos do projeto, desperta-se a consciência crítica de alfabetizando e alfabetizadores para a formação da cidadania. Todavia, o curso apenas oferece a oportunidade de aquisição dos primeiros passos, pois se assim desejarem

realmente uma comprovação de escolarização, os educandos precisam voltar ao sistema oficial.

Nenhum tema proposto no Curso de formação vem com neutralidade. Percebe-se, então que a intenção de cada um dependerá de como será abordado. O cidadão esperado é o que atue de forma consciente, conhecedor de seus direitos e deveres.

No Núcleo visitado percebemos que a mobilização vem da própria população e os materiais, da sociedade civil. O Estado entra como parceiro. E a população assume de tal forma a responsabilidade social de que “algo precisa ser feito e de que não podemos esperar o governo” que surge o medo de que acabe o incentivo, já que “se a situação apertar infelizmente a disposição termina”. A consciência crítica dá lugar a chamada “sobrevivência”. A máscara do Estado cai novamente, escassez de recursos, afastamento das ações sociais. O que interessa é o mercado. Quem está fora, infelizmente mexe-se como pode.

E esse ciclo não pára por aí, pois agora o que está em voga, é a responsabilidade empresarial. E se a situação dos parceiros do Estado também não melhorar? O incentivo acaba, os projetos ficam no papel. Como acontecem com tantos outros.

Formam-se projetos educacionais, entretanto seus resultados só serão vistos em longo prazo. E por outro lado, deixam-se de lado o real desenvolvimento e a prática de políticas sociais.

Portanto, o que podemos observar no período estudado, é que houve um direcionamento das políticas educacionais, pois “embora as tentativas de implementação de uma proposta educacional democrática de massas ainda ocupem espaço político na sociedade civil, especialmente entre os trabalhadores e especialistas em educação, a proposta educacional neoliberal implementada pelo bloco no poder e defendida, com matizes diversos, pelos empresários industriais, pelos empresários leigos de ensino e pela Igreja católica, na sociedade civil, torna-se hegemônica nesse período de governo, conquistando, dessa forma, a prerrogativa político-pedagógica da condução dos rumos do sistema educacional neste final de século”(Neves, 2000, p.57).

Desta forma, vemos que realmente, devido ao espaço que o poder estatal vai abrindo, as iniciativas privadas absorvem como responsabilidade sua e da população vizinha necessidades que deveriam estar ligadas ao desenvolvimento de políticas que poderiam efetivamente saná-las ou, pelo menos, resolvê-las em parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a relevância do presente trabalho, atenta-se ao fato de que ao analisarmos as políticas sociais, é preciso conhecer os sujeitos que direta ou indiretamente contribuem para suas definições. No caso da educação, a situação fica mais evidente, pois os interesses envolvidos, orientam tal ação ou plano político.

Diante dos acontecimentos ocorridos no Brasil a partir de 1990, o campo da educação passou por diversas mudanças que visavam acompanhar o novo contexto político-econômico global: a aprovação da nova LDB, os Planos Nacionais de Educação. Atualmente, tudo em Educação está em processo de mudança: reformas educacionais: sistema de Avaliação Nacional, municipalização,...

E assim como vimos, os setores fora do Estado vão ocupando os espaços deixados em situação precária por ele.

Um outro fato relevante é de que a nova ordem mundial, a qual chamamos de globalização, afeta a todos. Ninguém está "privilegiadamente" fora desse efeito. A subjetividade de cada um acaba envolvida. A nova concepção de tempo-espaço, permite que presenciemos qualquer acontecimento no mundo em tempo real. A informação chega em velocidade muito mais rápida, viajando por meio da mídia (escrita, falada), pela internet, ou mesmo através da telefonia. Os juízos de valores são compartilhados ou produzidos globalmente.

Assim, se a esfera da produção exige uma nova reorientação para a formação do cidadão, ou mesmo, se a lógica neoliberal exige do Estado uma atuação mínima, a sociedade civil, por sua vez, passa a assumir responsabilidades sociais de assistência em reparo às quais o Estado não é mais capaz de suprir, ou como pudemos observar, ao Estado não cabe, devido aos papéis políticos-econômicos que foram divididos (entre ele e o mercado), e à escassez de recursos provenientes dessa divisão.

Se, por um lado, o surgimento dessas instituições, ONGs, fundações, advém de uma cobrança da sociedade e de uma certa ação efetiva em relação aos problemas enfrentados principalmente pela população mais carente, por outro lado, elas acabam por focalizar o problema tornando-o regional, local. O problema ao invés de ser visto como global, do ponto de vista da falta de políticas voltadas para o todo, é visto apenas como ligado à comunidade local onde ele está inserido. Por exemplo, se em determinado bairro a escola precisa de reformas na cerca que a envolve, a responsabilidade é repassada à má administração escolar, que não busca parcerias, ou à própria comunidade que não zela pela escola, ou ainda à família que não ajuda.

A solidariedade tão difundida, tão colocada em voga, torna-se algo favorável ao próximo, ao bem próximo mesmo, em contraposição à solidariedade universal transformadora da sociedade. Assim, faz-se apenas uma leitura local do problema levantado.

Um outro ponto é de que essas iniciativas apresentam uma resposta imediatista ao problema, mas que em longo prazo não buscam a construção de uma política que se

volte aos problemas permanente. Volta-se também a idéia de que quem tem mais deve ajudar a quem tem menos, e isto acaba por gerar um ciclo constante de interdependência. Prevalece a concepção de responsabilidade social, humanitária, na qual a sociedade assume para si a responsabilidade que o Estado passou a ela.

E atuando dessa maneira a movimentação do terceiro setor justifica a ausência do Estado, e este não cria as políticas sociais necessárias para a sociedade.

Devido a isto é que se salienta a importância de conhecer as iniciativas do terceiro setor: refletindo sempre sobre qual tipo de cidadão está sendo pensado? Qual a concepção de sociedade que está inserida? Quem é o beneficiário desta ou daquela atuação? Como percebemos os interesses de determinados grupos vão moldando a formação do sujeito. Atuando, direcionando, ora se favorecendo, ora sendo desfavorecido. O campo educacional é amplamente disputado, e não por menos, devido ao seu grande valor de transformação e ou manutenção do *status quo*.

Lembramos que a lógica do mercado, por outro lado, também vai conduzindo as reformas educacionais, o poder estatal. As políticas sociais impostas, por sua vez, não aparecem somente para tratar da questão dos excluídos (pobres, desempregados,...) são voltadas para todos os setores, todas as classes não – capitalistas que não estão inseridas no mundo do trabalho, e para poder torná-las apta.

No caso da Fundação Banco do Brasil, as suas iniciativas são válidas como explicitamos para resoluções imediatas dos problemas – investimentos em saúde: hospitais do câncer, reparos/doações de materiais tecnológicos, ou como soluções que são exigidas pela sociedade – evasão escolar, analfabetismo, cursos de especialização ao trabalhador, entre outros.

Mas não fica à parte do caráter assistencial, de suprimento da ausência do Estado, tornando-se um aparato, como mais um braço governamental atuando na sociedade. Sua ação proporciona sim um status social elevado: observa-se isso através dos prêmios de incentivo ganhos, pela repercussão de empresa voltada solidariamente às necessidades da comunidade, vindo como uma resposta efetiva aos problemas apontados. Uma Fundação que colabora para a defesa do desenvolvimento social, democrático, cidadão que é elaborado por ela mesma.

Como vimos no programa BBeducar, especificamente no Núcleo visitado, a população assume sua parcela de responsabilidade social. Sem perceberem vão tapando os buracos deixados pela ausência estatal, e com o incentivo do mesmo.

Recorrem ao novo tipo de cidadão desejado, o independente, o criativo e o principal: o alfabetizado. Necessita-se de um “cidadão que tenha a educação básica pelo menos”. A tecnologia está cada vez mais avançada, as profissões vão ficando cada vez mais específicas, a lógica centra-se no mercado e para garantir a sobrevivência é preciso inserir-se nele.

Por isso é que, procurar entender as estratégias utilizadas pelos diversos segmentos políticos na tentativa de voltar as políticas educacionais/sociais para si, é de extrema importância, já que conhecendo-as fica mais fácil visualizar os interesses

envolvidos, as concepções de mundo inseridas, o favorecimento de quem está ou não diretamente ligado a elas.

Não se quer aqui criticar ou desmerecer o trabalho de inúmeros cidadãos que buscam propiciar uma vida melhor a seus semelhantes que desejam obter aquilo que lhes foi negado: o saber ler, escrever, participar do mundo escolar. Nem tampouco se pretendeu dizer que não se deve criar projetos e nem desenvolvê-los, já que isso é tarefa do Estado. Mas sim, chamar a atenção de que algo na sociedade precisa ser mudado. Precisa-se sim, compreender ou ao menos conhecer as intenções envolvidas no desenvolvimento de políticas sociais. A visão não se limita apenas ao que se encontra ao meu lado, mas estende-se em toda a sociedade.

Ao atentarmos para as iniciativas não estatais, ou para quaisquer alternativas, abrimos o olhar para quais moldes de mundo, e qual objetivo desejado está se tentando alcançar e assim, pensar para qual tipo de sociedade estamos caminhando.

Execução dos Programas
Relatório de Gestão – Art. 19, I

- Programa Criança e Vida

O Programa Criança e Vida que tem por missão apoiar, promover e financiar ações visando o atendimento a crianças e adolescentes carentes com câncer.

Ao longo do ano passado, a Fundação Banco do Brasil assinou 28 convênios garantindo o reaparelhamento de 7 centros de atendimento já existentes no País e que se transformarão em Centros de Referência para o Diagnóstico de Câncer Pediátrico.

Esses recursos permitirão mudar o quadro do câncer infantil no Brasil. A doença, responsável pela morte de crianças e adolescentes entre 1 e 15 anos de idade, pode ter cura em até 70% dos casos, desde que diagnosticada precocemente e devidamente medicada.

Ainda em 2000, o Programa Criança e Vida investiu na capacitação de cerca de mil profissionais de saúde que atuam na área de oncologia.

- Projeto Memória

Preservar a memória e valorizar a identidade nacional são os principais objetivos do Projeto Memória, instituído em 1997, em parceria com a Organização Odebrecht. O Projeto começou por homenagear o poeta Castro Alves (97), seguindo-se o escritor Monteiro Lobato (98) e o ilustre jurista Rui Barbosa, em 99.

Em 2000, o Memória levou a história dos 500 anos do Descobrimento a mais de 200 cidades de norte a sul do Brasil. “Cabral, O Viajante do Rei - As Origens do Brasil” foi o carro-chefe do Projeto, uma exposição itinerante inaugurada, simultaneamente, em todas as capitais brasileiras e em Santarém, Portugal, cidade natal do navegador.

Além das exposições, o Projeto Memória contemplou a produção de *site* na Internet, material didático diverso destinado a escolas e bibliotecas públicas e um livro com o mesmo título da exposição que encerrou toda a pesquisa histórica realizada.

- Programa Integração AABB Comunidade

Promover a educação, a prática esportiva e o lazer como fatores de integração, indispensáveis ao desenvolvimento dos jovens atendidos é o grande objetivo deste Programa que, em 2000, reforçou sua presença a nível nacional, alcançando 307

municípios e beneficiando cerca de 43 mil crianças e adolescentes. Os jovens desenvolveram atividades pedagógicas, lúdicas e esportivas, além de receberem acompanhamento médico-odontológico.

O Programa, que tem por lema a máxima “Aprender brincando”, acontece nos clubes de funcionários do Banco, as chamadas Associações Atléticas Banco do Brasil - AABB. As ações de complementação escolar desenvolvidas nesses espaços criam novas perspectivas de vida para os participantes, além de rentabilizarem esses espaços, normalmente ociosos durante a semana.

O AABB Comunidade foi instituído pela Fundação Banco do Brasil e Federação das AABB (FENABB), contando com o apoio de parceiros locais, entre os quais se destaca a colaboração das prefeituras.

- Programa Trabalho e Cidadania

Gerar trabalho e renda é o grande objetivo do Trabalho e Cidadania. Ao longo de 2000, foi realizado um total de 250 projetos, destacando-se os cursos de capacitação profissional nas áreas de informática, manutenção de microcomputadores, cooperativismo, cabeleireiro, manicura, artesanato e apicultura, entre tantos outros temas.

O Trabalho e Cidadania investiu também na melhoria das condições de trabalho de unidades produtivas e de comercialização, financiou a construção ou reforma de espaços destinados ao entretenimento de trabalhadores, garantiu a instalação de gabinetes odontológicos em escolas públicas localizadas em regiões de menor poder aquisitivo, além de ter prestado consultoria e assessoria técnica a micro e pequenos empresários.

O Programa Trabalho e Cidadania é desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

- Programa BBeducar

“Ler, Escrever, Libertar” é o lema do Programa BBeducar que, ao longo do ano 2000, levou quase 31 mil pessoas à sala de aula.

Os objetivos específicos do Programa são: colaborar na erradicação do analfabetismo no País; envolver as unidades familiares em propósitos e ações que visem acentuar o exercício da cidadania dos alfabetizados e dos alfabetizadores; e propiciar condições de inclusão dos alfabetizados nos cursos supletivos ou de ensino fundamental.

O Programa, gerenciado pela Fundação Banco do Brasil, nasceu em 1991, fruto de uma experiência de escolarização junto a funcionários de carreira de serviços gerais. Os resultados foram tão positivos que o BB resolveu colocar o esforço dos instrutores voluntários - recrutados entre seus funcionários - e a metodologia a serviço da comunidade.

- Programa de Gestão Municipal e Escolar

Tendo em vista que educação, especialmente na rede pública, é fator essencial para garantir que o Brasil se torne um País competitivo e socialmente inclusivo, já no final de 2000, a Fundação Banco do Brasil firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna, para desenvolvimento de um novo Programa destinado a fortalecer a gestão municipal e escolar.

Em 2000, os dois parceiros conceberam um Programa visando melhorar a qualidade do ensino fundamental, descentralizar sua gestão, alcançar maior eficiência no uso dos recursos públicos e ampliar a política de estruturação das secretarias de educação.

- Banco de Tecnologias Sociais

Em 2000, a Fundação Banco do Brasil deu os primeiros passos rumo à disseminação de tecnologias de baixo custo e fácil aplicação que permitam gerar transformação social nas comunidades onde forem adotadas.

O Programa partirá da identificação, seleção, difusão e transferência de tecnologias aplicadas ao desenvolvimento social, algumas das quais foram financiadas pela própria Fundação em anos anteriores.

O Programa prevê a instituição de um prêmio que facilitará o trabalho de prospecção. As tecnologias que forem descobertas e premiadas serão disponibilizadas no *site* da Fundação (www.fbb.org.br).

- Projetos de desenvolvimento sustentável

Atender às necessidades atuais da população sem comprometer os recursos naturais e as condições ambientais das gerações futuras é o objetivo dos projetos-piloto atualmente em curso no RS, voltados para a promoção do desenvolvimento social sustentável.

Esses projetos, iniciados em 2000, partem da implantação de biosistemas integrados que utilizam as tecnologias de aproveitamento total de resíduos, adaptadas às principais cadeias produtivas das comunidades atendidas, gerando renda e preservando o meio-ambiente.

Execução dos Programas - Exercício 2001

Relatório de Gestão – Art. 19, I

BB Educar -

“Ninguém opta pela miséria e pela tristeza. Ninguém é analfabeto por opção”. Esta frase, que leva a assinatura do professor e pedagogo Paulo Freire, serviu de inspiração para a criação do BB Educar. Um Programa cujo principal objetivo é contribuir para a erradicação do analfabetismo. Até hoje, 74.041 pessoas já foram alfabetizadas, das quais 23.256 durante o ano de 2001, em 242 municípios.

O BB Educar nasceu em 1992, inspirado na necessidade do Banco do Brasil de alfabetizar funcionários da carreira de serviços gerais como carpinteiros, pedreiros, pintores, entre outros. Posteriormente, o sucesso alcançado pela experiência, associado à vontade do BB de intensificar sua atuação social, levou ao surgimento de um Programa estruturado, com possibilidade de atuação de âmbito nacional e apoiado no trabalho voluntário de funcionários do próprio BB e da comunidade. Só no ano passado, foram mobilizados cerca de 4.000 alfabetizadores.

As ações de alfabetização são realizadas com base em uma metodologia própria, desenvolvida pelo Banco do Brasil e fundamentada nos princípios filosóficos e pedagógicos de educação concebidos por Paulo Freire e na epistemologia do processo de conhecimento da psicopedagoga Emília Ferreiro. Da conjugação desses ensinamentos surge uma proposta de ensino inovadora, que pressupõe uma construção coletiva, integrando educando e educador no processo de aprendizagem. Uma relação dinâmica, contínua e principalmente crítica, que tenta resgatar a cultura local e a prática do exercício da cidadania.

Além do aprendizado da leitura e da escrita, proporcionado pela proposta metodológica apresentada, o BB Educar propicia condições de inclusão dos alfabetizados em cursos supletivos ou de ensino fundamental.

A excelência do Programa ficou clara pelas premiações conquistadas em 2001: o *Top Social*, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil; e o Destaque no Marketing, da Associação Brasileira de Marketing e Negócios.

AABB Comunidade -

O artigo de número 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece, entre outros, que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania (...)”. Esse preceito é um dos principais norteadores das atividades do AABB Comunidade. Um Programa que vem promovendo o atendimento integral a jovens pertencentes a famílias de baixa renda, frequentadores da rede pública de ensino, com idades compreendidas entre 7 e 17 anos. Em 2001, foram 48.444, de 25 estados brasileiros.

Além das diretrizes estabelecidas pelo ECA, o Programa AABB Comunidade, desenvolvido em parceria com a Federação Nacional das AABB, fundamenta-se em premissas como: o acesso a uma educação de qualidade como garantia de transformação

da realidade brasileira; e a prática de atividades complementares como estimuladora do auto-conhecimento, da auto-estima, da auto-valorização dos jovens.

O Programa acontece durante o horário extra-escolar. Milhares de jovens têm acesso às Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB), espalhadas por todo o País, recebendo toda a atenção de educadores pedagógicos especialmente preparados para as atividades pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP. Em 2001, foram 3.407.

Os participantes do Programa recebem, de forma totalmente gratuita, todo o material necessário ao desenrolar das atividades educativas, pedagógicas, culturais, esportivas, de lazer e outras - dependendo da infra-estrutura da AABB em cada município. Além disso, é garantida a refeição das crianças durante o período que estão no Programa e o atendimento médico e odontológico - também sem qualquer ônus para os jovens ou suas famílias.

Os participantes do Programa são selecionados com base em critérios bem definidos. São crianças e adolescentes, de ambos os sexos, pertencentes a famílias de baixa renda, e que estão matriculados ou venham a matricular-se em escolas da rede pública. Vinte e cinco por cento das vagas são oferecidas a jovens em situação de alto risco social. Desde que, mediante orientação e apoio dos coordenadores pedagógicos, possam ingressar ou retornar às atividades escolares.

Criança e Vida -

O Programa Criança e Vida existe desde 1997, tendo sido criado com o objetivo de investir no combate à mortalidade por câncer infantil através de ações de fortalecimento da estrutura de atendimento existente no País.

A opção pelo câncer infantil explica-se, entre outros motivos, pelo impacto social da doença. É consenso que uma família se desestrutura muito mais quando o paciente é uma criança acometida por câncer. Além disso, os especialistas alertam que a doença apresenta chances de cura em até 70% dos casos, desde que diagnosticada precocemente e aplicado o tratamento adequado e humanizado.

O Programa tem como parceiro técnico o Ministério da Saúde e contempla 05 pilares de atuação: implantação de centros de referência no diagnóstico laboratorial, melhoria da infra-estrutura dos hospitais que atuam como centros de tratamento, criação da central informatizada de oncologia pediátrica e capacitação sobre diagnóstico e sintomatologia em câncer infantil.

Em 2001, foram inaugurados dois Centros de Referência em Diagnóstico Laboratorial de Câncer Infantil, localizados em São Paulo e no Rio Grande do Sul; lançada a Central Informatizada de Oncologia Pediátrica (CIOPE), permitindo o intercâmbio de informações entre as instituições e profissionais que atuam na área; melhoria da infra-estrutura dos centros de tratamento, mediante convênios assinados com 10 hospitais localizados nos estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Piauí, Ceará, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, ministrado curso de atualização com a participação de renomados especialistas internacionais e realizada a jornada de câncer infantil do Ceará para profissionais de saúde que realizam o primeiro atendimento à criança e que, instruídos como identificar a doença de imediato, podem encurtar o caminho que leva à cura.

Programa Trabalho e Cidadania -

Em um mercado de trabalho cada vez mais saturado e competitivo, conquistar ou preservar uma vaga, ou ainda conseguir a progressão na carreira, torna-se uma tarefa complicada que requer investimentos expressivos, constantes e consistentes no trabalhador brasileiro. Pensando nisso, a Fundação Banco do Brasil criou um Programa destinado à geração de trabalho e renda embasada em toda a tradição, conhecimento e experiência do Banco do Brasil em matéria de produtos e serviços para fomento ao desenvolvimento da agricultura, da indústria e da economia brasileira em geral.

O Trabalho e Cidadania, desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, vem investindo de forma criteriosa, planejada e disseminada - abrangendo todos os estados brasileiros - não apenas na qualificação, mas também na reconversão e requalificação de trabalhadores tão necessária perante as aceleradas mudanças ocorridas no mercado - com extinção de funções e profissões nas mais diversas áreas.

O Programa viabiliza cursos de capacitação profissional nas mais diversas áreas - assessoria técnica e consultoria de negócios -, fortalece unidades produtivas e estimula o associativismo. Em suma, proporciona o crescimento profissional do cidadão brasileiro de menor poder aquisitivo e o desenvolvimento do País.

Em 2001 foram realizados 1.078 projetos dos quais se destaca a implantação, no Rio de Janeiro, de uma oficina de serigrafia que capacita jovens portadores de deficiência e os prepara para a inserção no mercado de trabalho.

Projeto Memória -

O Projeto Memória, uma parceria com a Organização Odebrecht, foi criado para proporcionar a estudantes da rede pública de ensino o acesso a informações sobre personalidades e fatos que marcaram época, que se distinguiram em diferentes áreas da cultura brasileira. A Fundação Banco do Brasil acredita que o resgate histórico garante uma formação cultural mais sólida de nossos jovens.

Para levar as informações até seu público, o Projeto Memória realiza exposições itinerantes, edita livros bibliográficos, produz CD Rom e cria *sites* na internet, além de diversos materiais didáticos para distribuição em bibliotecas e escolas públicas de todo o País, enriquecendo seus acervos e disseminando informações que podem, inclusive, servir de base a importantes trabalhos de pesquisa.

Em 2001, foi recuperada toda a pesquisa histórica realizada para os quatro primeiros homenageados (Castro Alves, Monteiro Lobato, Rui Barbosa e Pedro Álvares Cabral), por meio de uma exposição retrospectiva composta por 18 painéis e enviada a cada um dos estados onde itinerou pelas principais cidades do interior. Todo o material produzido para a internet também foi disponibilizado no site da Fundação (**www.cidadania-e.com.br**).

Escola Campeã -

Tendo em vista que investir na educação, especialmente na rede pública, é fator essencial para garantir que o Brasil se torne um País competitivo e socialmente inclusivo, a Fundação Banco do Brasil, em aliança estratégica com o Instituto Ayrton Senna, abraçou o desafio de fortalecer a gestão municipal e escolar. A implantação do Programa Escola Campeã, iniciada em 2001, está contribuindo para melhorar a qualidade do ensino fundamental.

O Programa, que reúne 52 municípios de 24 estados, atinge um universo de 1 milhão de alunos, 32 mil professores, 4 mil escolas e 2.500 diretores de escola. São contempladas, entre outras, ações que permitirão a descentralização da gestão da educação; a eficiência no uso dos recursos públicos; a ampliação da política de estruturação das secretarias de educação; a sustentabilidade das ações e sua reaplicabilidade em localidades próximas, gerando um efeito multiplicador dos resultados com repercussões em grande escala.

O Escola Campeã tem um forte componente de capacitação que acontece mediante a disponibilização de instrumentos de planejamento e gestão, direcionado para um público constituído de secretários de educação, diretores de escolas públicas e até mesmo professores.

Ao longo do ano passado, ocorreram vários encontros nacionais e regionais de capacitação, além da realização dos diagnósticos da situação educacional nos municípios participantes; elaboração dos Planos Anuais de Trabalho; qualificação dos secretários municipais de educação e suas equipes para o gerenciamento das políticas públicas referentes ao ensino fundamental; e lançamento de um informativo periódico para divulgação e compartilhamento de experiências.

Banco de Tecnologias Sociais –

O Programa Banco de Tecnologias Sociais é o mais novo instrumento de disseminação de soluções para o desenvolvimento social. Trata-se de uma base de dados, disponível no *site* da Fundação Banco do Brasil (www.cidadania-e.com.br), composta por informações detalhadas sobre iniciativas geradoras de transformações sociais positivas, ou seja, que efetivamente constituem soluções para questões relativas a demandas de água, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente. Só estão cadastradas tecnologias já aplicadas, com resultado e impacto social comprovados.

O principal instrumento de captação das tecnologias é o *Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social*, que conta com o apoio institucional da UNESCO. A seleção, que ocorreu pela primeira vez em 2001, obedece a critérios como exemplaridade, inovação, transformação social obtida e reaplicabilidade - possibilidade de transferência a outros grupos populacionais.

Com o *Banco de Tecnologias Sociais*, a Fundação Banco do Brasil se coloca como articuladora social, aproximando soluções de problemas. Difundindo tecnologias aplicadas ao desenvolvimento social, aproximando realidades e disseminando o uso de soluções de sucesso, muitas vezes, conhecidas apenas pelas comunidades onde foram originalmente implementadas.

Justiça Itinerante –

No campo de assistência social, a Fundação Banco do Brasil desenvolveu o programa “Justiça Itinerante” que, implementado em parceria com os Tribunais de Justiça Estadual, tem como objetivo levar a justiça e cidadania principalmente à população mais carente, moradora das regiões mais afastadas ou de difícil acesso, possibilitando-lhe acesso à Justiça de forma rápida e gratuita.

Utilizando-se de veículos - barco ou ônibus adaptado para a função - Juiz e equipe se deslocam até localidades precariamente assistidas pela Justiça, levando a prestação jurisdicional de forma eficiente e ágil, fugindo aos padrões tradicionais. O homem simples vai ser acostumando com a presença de uma unidade móvel que periódica e sistematicamente, vai ao seu encontro auxiliando-o no resgate de um de seus mais valiosos bens: o direito.

O projeto pode contar ainda com a adesão de várias instituições que, em parceria com o Tribunal, executam diversos serviços na busca e promoção da cidadania como emissão de documentos, realização de casamentos e palestras educativas, assistência médica e odontológica, etc.

É a Justiça batendo à porta do cidadão e oferecendo-lhe cidadania ativa.

Diversidade –

Garantir a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência é o grande objetivo da Fundação Banco do Brasil com o Programa Diversidade. Um Programa criado no final de 2001, depois de um cuidadoso trabalho de prospecção realizado por técnicos da Fundação em parceria com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

O Diversidade baseia-se em cinco grandes pilares: criação de um sistema nacional de dados sobre o universo do portador de deficiência; campanha nacional de sensibilização, visando reduzir o preconceito e a desinformação da sociedade sobre a questão da deficiência; apoio à implantação e fortalecimento dos conselhos estaduais dos direitos da pessoa portadora de deficiência; produção de guia sobre a questão da deficiência, contendo informações referentes aos mais diversos campos - saúde, educação, legislação, orientação familiar e acessibilidade; e, por último, busca da acessibilidade do portador de necessidades especiais ao mercado de trabalho, prova mais concreta de sua inclusão social.

Projetos de Desenvolvimento Sustentável –

Atender às necessidades atuais da população sem comprometer os recursos naturais e as condições ambientais das gerações futuras é o objetivo dos seis projetos-piloto de desenvolvimento sustentável em que a Fundação investiu em 2001.

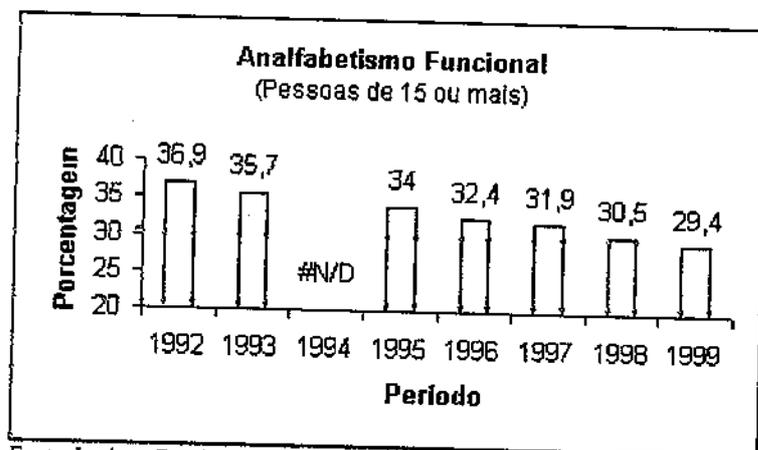
Esses projetos tem origem na produção orgânica e na implantação de sistemas integrados que utilizam as tecnologias de aproveitamento de resíduos adaptadas às principais cadeias produtivas das comunidades atendidas, gerando renda e preservando o meio-ambiente. As experiências estão sendo conduzidas nos municípios de Machado – MG (café orgânico), Petrolina – PE (rejeitos de dessalinização), Palminópolis – GO (pólo orgânico

biodinâmico), Sobral – CE (leite de cabra), Pimenta Bueno – RO (briquetes energéticos) e Rio Branco – AC (pimenta longa).

Um dos exemplos de projeto de desenvolvimento sustentável em curso refere-se à cadeia produtiva do café orgânico compreendendo as etapas de produção, industrialização e comercialização do produto. A produção orgânica pressupõe uma interação harmônica entre o ser humano, a natureza e a cultura a ser explorada economicamente. Aos produtores e técnicos envolvidos estão sendo disponibilizados cursos de agricultura e cafeicultura orgânica, agrossilvicultura e gerenciamento e administração da propriedade. A instalação de uma moderna usina de beneficiamento de café orgânico possibilitará a oferta da produção para os mercados interno e externo.

Todos os projetos levam em conta as potencialidades regionais, rentabilizando-se os recursos naturais e humanos existentes. É uma contribuição da Fundação para a melhoria das condições de vida de comunidades onde se observam, muitas vezes, índices de desenvolvimento humano e de desemprego preocupantes.

Anexo III – Indicadores sociais: Analfabetismo Funcional

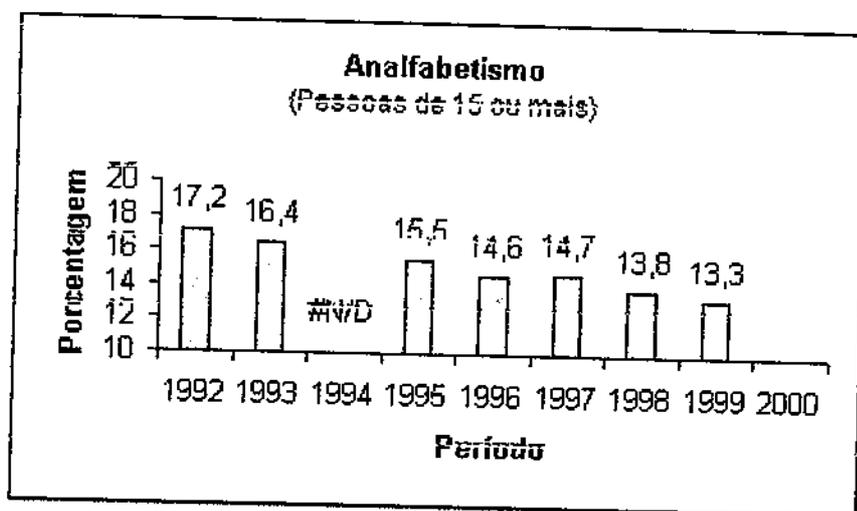


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 2000

ANALFABETISMO FUNCIONAL

É caracterizado pela escolaridade inferior a quatro anos de estudo, o que, teoricamente, corresponderia a uma dificuldade de ler, escrever e fazer cálculos. De 1992 a 1999, o analfabetismo funcional caiu 20,3% no País.

Anexo IV – Analfabetismo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 2000

No período de 1992 a 1999, o índice de analfabetismo no Brasil diminuiu 22,5%. Porém alguns dados mostram como a má distribuição de renda afeta a educação: a taxa de escolarização de crianças de 4 a 6 anos de idade de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo é de 50,3% , enquanto 90,1% das crianças da mesma idade pertencentes a famílias com renda *per capita* superior a três salários mínimos recebem escolarização.

Anexo V - ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1º. A Fundação Banco do Brasil, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A., rege-se pelo presente Estatuto e tem sede e foro no Distrito Federal.

Art. 2º. A Fundação tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação, desportos, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais.

Art. 3º. O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

§ 1º. A Fundação liquidar-se-á nos casos e na forma previstos na legislação em vigor.

§ 2º. Em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente será destinado a instituição registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a uma entidade pública, a critério da Fundação.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 4º. Os haveres da Fundação constituem-se de seu patrimônio e de receitas.

§ 1º. O patrimônio é formado de:

I. dotações do Banco do Brasil S.A.;

II. doações, sem encargo, e contribuições em dinheiro ou valores;

III. bens móveis e imóveis e direitos que venha adquirir ou receber de pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º. As receitas originam-se de:

I. recursos alocados ao abrigo de Leis Federais, Estaduais ou Municipais de incentivo às áreas de atuação da Fundação;

II. rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração de aplicações de suas disponibilidades financeiras;

III. prestação de serviços;

IV. verbas que lhe advierem em virtude da elaboração e execução de convênios;

V. auxílios e subvenções do Poder Público.

§ 3º. Os recursos monetários da Fundação, enquanto disponíveis, deverão ser aplicados através do Banco do Brasil S.A., no mercado financeiro, de modo a preservar seu valor real.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Art. 5º. São órgãos da Fundação:

Anexo V = ESTATUTO

- I. o Conselho Curador;
- II. a Diretoria Executiva;
- III. o Conselho Técnico; e
- IV. o Conselho Fiscal.

SEÇÃO I - DO CONSELHO CURADOR

Art. 6º. O Conselho Curador é o órgão superior de deliberação e orientação da Fundação.

Art. 7º. Compete privativamente ao Conselho Curador traçar as diretrizes fundamentais para a consecução dos objetivos da Fundação e deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. programações orçamentárias anual e plurianual;
- II. remanejamento de verbas orçadas;
- III. planos anual e plurianual das atividades, incluindo-se cronograma de apresentação e apreciação de projetos, na última reunião ordinária do ano precedente;
- IV. concessão de auxílios financeiros de valor unitário superior a 1% (um por cento) da dotação orçamentária anual;
- V. alteração de Estatuto;
- VI. prestação de contas do exercício, após parecer do Conselho Fiscal, na primeira reunião ordinária do ano;
- VII. eleição e destituição do Presidente da Fundação;
- VIII. alterações no Regimento Interno e na estrutura organizacional;
- IX. alienação de bens da Fundação;
- X. assuntos que não estiverem regulados em lei, no Estatuto, no ato de instituição ou não forem de competência de outro órgão; e
- XI. formulação de diretrizes para sistema de avaliação dos projetos e programas.

Art. 8º. O Conselho Curador é constituído de 11 (onze) membros, sendo 3 (três) natos e 8 (oito) temporários.

§ 1º. São membros natos:

- I. o Presidente do Banco do Brasil S.A., efetivo ou em exercício, que também exerce a presidência do Conselho;
- II. o Presidente da Fundação Banco do Brasil, efetivo ou em exercício; e
- III. o representante do corpo funcional do Banco do Brasil S.A. em seu Conselho de Administração.

§ 2º. Os membros temporários e respectivos suplentes terão mandato de dois anos, contados a partir da nomeação, e serão escolhidos pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., dentre personalidades atuantes nas áreas objeto da Fundação, de forma a assegurar na composição do Colegiado a

Anexo V - ESTATUTO

proporcionalidade de representação de entidades públicas e privadas.

§ 3º. Será admitida a recondução ao Conselho Curador de membro temporário, ainda que nele tenha tido assento no período imediatamente anterior.

§ 4º. O conselheiro será empobado conjuntamente com o suplente, que exercerá as funções do titular sempre que este se fizer ausente.

§ 5º. Serão considerados impedidos definitivamente o conselheiro e respectivo suplente que se ausentem por três reuniões ordinárias.

Art. 9º. O Conselho Curador reunir-se-á:

I. ordinariamente nos meses de março, junho, setembro e dezembro; e

II. extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º. As reuniões do Conselho Curador serão convocadas com antecedência mínima de quinze dias. Serão realizadas em primeira convocação, com a presença mínima de sete de seus membros, e em segunda convocação, observado intervalo não inferior a 1 (uma) hora, sem exigência de quorum.

§ 2º. Nas deliberações do Conselho Curador, relativas aos incisos I, V, VII, VIII, IX e X, do Art. 7º, serão consideradas aprovadas as matérias com voto favorável de metade mais um dos membros do Conselho. Nas demais, com voto favorável de metade mais um dos membros presentes à reunião.

§ 3º. O Presidente da Fundação não terá direito a voto nas deliberações sobre as matérias objeto dos incisos VII e VIII, do Art. 7º.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 10. A Diretoria-Executiva, administrada pelo seu Presidente, é o órgão responsável pela condução e execução dos assuntos da Fundação, cabendo-lhe também promover a articulação entre os demais órgãos integrantes.

Art. 11. Compete ao Presidente da Fundação:

I. representar a Fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos que se compreendam em seu objeto, podendo nomear procuradores, prepostos e delegados, especificando nos respectivos instrumentos os atos que poderão praticar;

II. propor ao Conselho Curador as políticas e diretrizes da Fundação;

III. cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias;

IV. zelar por prevalecer a vontade do Instituidor e o benefício social nas ações empreendidas;

V. propor as programações orçamentárias anual e plurianual e, com assessoramento do Conselho Técnico, os planos anual e plurianual de atividades, a serem submetidos ao Conselho Curador;

VI. submeter ao Conselho Curador eventuais remanejamentos de verbas orçamentárias;

VII. propor ao Conselho Curador modificações no Estatuto;

VIII. propor ao Conselho Curador alterações no Regimento Interno e na estrutura organizacional;

Anexo V - ESTATUTO

IX. apreciar e emitir parecer sobre a adequação dos pleitos recebidos à programação global, podendo valer-se de assessorias especializadas;

X. avaliar as atividades desenvolvidas;

XI. promover a divulgação das ações da Fundação;

XII. cuidar das normas gerais de administração;

XIII. deferir a concessão de apoio financeiro, na forma estabelecida no Regimento Interno e em conformidade com a programação orçamentária e o plano anual de atividades;

XIV. prover os cargos da estrutura da Diretoria Executiva.

Art. 12. O Presidente da Fundação será eleito pelo Conselho Curador dentre integrantes de lista triplíce de funcionários aposentados ou da ativa do Banco do Brasil S.A., apresentada pelos seus Conselheiros Natos.

§ 1º. O Presidente da Fundação terá mandato de 2 (dois) anos, permitida sua recondução;

§ 2º. Mediante designação do Presidente do Conselho Curador, o Presidente da Fundação será substituído em seus afastamentos temporários, ou em caso de vacância, até a posse do substituto eleito, por titular de órgão da estrutura da Diretoria Executiva.

§ 3º. Em caso de vacância do cargo de Presidente da Fundação, o substituto eleito completará o prazo de gestão do substituído.

SEÇÃO III - DO CONSELHO TÉCNICO

Art. 13. O Conselho Técnico é o órgão consultivo da Fundação, responsável pelo assessoramento especializado à Diretoria Executiva.

Art. 14. Compete ao Conselho Técnico:

I. emitir parecer técnico sobre os pleitos de que trata o inciso IV, do Art. 7º;

II. opinar, quando consultado, sobre aspectos de natureza técnica dos pedidos de auxílio apresentados à Fundação;

III. fornecer subsídios à Diretoria Executiva para a formulação das políticas e diretrizes, bem como elaboração dos planos de atividades, a serem submetidos ao Conselho Curador;

IV. indicar comitês assessores e consultores especializados;

V. esclarecer e informar à Diretoria Executiva e ao Conselho Curador sobre aspectos técnicos e conhecimentos específicos de cada campo de atuação, objetivando, inclusive, a priorização dos projetos.

Art. 15. O Conselho Técnico terá a seguinte composição:

I. o Presidente da Fundação, efetivo ou em exercício, na condição de membro nato, que exercerá a presidência do Conselho Técnico; e

II. oito membros temporários e respectivos suplentes, com mandato de dois anos e renovação anual de 50% (cinquenta por cento) escolhidos pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., por indicação do Conselho Curador, entre pessoas de reconhecida especialização nos campos de atuação da Fundação, guardada a representatividade para cada um desses campos.

Anexo V - ESTATUTO

III. será admitida a recondução ao Conselho Técnico de membro temporário, ainda que este tenha tido assento no período imediatamente anterior; e

IV. o conselheiro será empossado conjuntamente com o suplente, que exercerá as funções do titular sempre que este se fizer ausente.

Art. 16. O Conselho Técnico reunir-se-á:

I. ordinariamente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro; e

II. extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º. As reuniões do Conselho Técnico serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 2º. As deliberações do Conselho Técnico serão tomadas por maioria simples de votos, com a presença, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 17. O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização, é constituído de três membros e respectivos suplentes, a saber:

I. o Chefe da Auditoria Interna do Banco do Brasil S.A.;

II. o representante do Ministério da Fazenda; e

III. o representante do maior acionista minoritário do Banco do Brasil S.A.

§ 1º. A Auditoria Interna do Banco do Brasil S.A., o Ministério da Fazenda e o maior acionista minoritário do Banco do Brasil S.A. indicarão, também, os respectivos suplentes, os quais exercerão as funções de conselheiro exclusivamente nas reuniões do próprio órgão de fiscalização em que o titular não se fizer presente.

§ 2º. A presidência do Conselho Fiscal será exercida pelo representante do maior acionista minoritário do Banco do Brasil S.A. e, na sua ausência, pelo representante do Ministério da Fazenda ou pelo Chefe da Auditoria Interna do Banco do Brasil S.A., nesta ordem.

Art. 18. Compete ao Conselho Fiscal:

I. examinar e emitir, na primeira reunião ordinária do ano, parecer sobre:

a) os demonstrativos contábeis da Fundação, verificando o efetivo cumprimento dos respectivos orçamentos;

b) as atividades da Fundação, verificando o efetivo cumprimento dos planos anual e plurianual;

II. apontar eventuais irregularidades, sugerindo medidas sancionadoras.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho Curador em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar, bem como, poderão assistir às reuniões do Conselho Técnico.

Art. 19. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

Anexo V - ESTATUTO

I. ordinariamente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro;

II. extraordinariamente, quando solicitado por qualquer de seus membros, mediante convocação de seu Presidente.

Art. 20. O Conselho Fiscal poderá solicitar ao Presidente da Fundação, mediante justificativa por escrito, o assessoramento de perito contador ou de firma especializada.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. A Fundação não remunerará, por qualquer forma ou título, seu presidente, conselheiros, mantenedores, benfeitores ou equivalentes, associados; não lhes concederá vantagens ou benefícios, nem distribuirá lucros ou bonificações, sob qualquer forma ou pretexto.

Parágrafo Único. A Fundação custeará as despesas com passagens e estada de seu presidente e dos membros dos Conselhos Curador, Técnico e Fiscal, quando em viagem a serviço da Entidade.

Art. 22. O corpo funcional da Fundação constituir-se-á de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A., que farão jus à remuneração dos cargos para os quais foram designados, sem direito a outra remuneração por parte da Fundação.

§ 1º. Serão ressarcidos ao Banco do Brasil S.A. todos os custos de funcionamento da Fundação, inclusive as despesas e encargos pela cessão de funcionários de que trata este artigo;

§ 2º. O Presidente da Fundação, se da ativa, será remunerado exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A.

Art. 23. É vedada acumulação de cargos nos órgãos da Fundação.

Art. 24. As contas da Fundação, em cada exercício, poderão ser submetidas a inspeção e exame de auditoria externa independente, nos termos da legislação vigente, arcando a Fundação com as despesas.

Art. 25. Os recursos da Fundação serão aplicados integralmente no País, em atividades cujos resultados revertam em benefício da sociedade brasileira, resguardado o interesse nacional.

Art. 26. O auxílio financeiro por beneficiário não poderá exceder, em cada exercício, a 15% (quinze por cento) dos recursos alocados ao respectivo campo de atuação, respeitado o teto de 5% (cinco por cento) da dotação orçamentária anual aprovada pelo Conselho Curador para o exercício.

Parágrafo Único. As limitações contidas no caput deste artigo não se aplicarão a programas estruturados da Fundação, devidamente aprovados pelo Conselho Curador.

Art. 27. Os conselheiros escolhidos, a serem empossados na próxima renovação do Conselho Técnico, terão mandato de 1 ano, de modo a ser atendida a renovação anual, prevista no Art. 15.

Art. 28. O presente Estatuto só poderá ser alterado por deliberação do Conselho Curador e por aprovação do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., e da autoridade pública competente.

Art. 29. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 30. O presente Estatuto, após aprovação da autoridade competente, entrará em vigor na data de seu registro.

Anexo V - ESTATUTO

As Alterações deste Estatuto foram registradas no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 06.06.2000. Ficou arquivado cópia em microfilme sob o nº 00036952.

Projetos com recursos captados com base

na Lei de Incentivo à Cultura

Relatório de Gestão – Art. 19, VI

PROJETO	INFORMAÇÕES
<p>Restauração do Museu do Rio Cuiabá/Aquário Municipal em Cuiabá (MT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O contrato de empreitada global foi firmado em 29.10.1998. As obras estão concluídas e os Termos de Recebimento da Obra de “Reforma e Ampliação do Museu do Rio Cuiabá” e da “Construção do Aquário Municipal”, foram firmados em 13.08.1999 e 04.02.2000, respectivamente, e encontram-se em nosso poder. • A Fundação encaminhou relatório de prestação de contas ao Ministério da Cultura em 01.11.2000.
<p>Restauração do Palácio da Alvorada em Brasília (DF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A execução do projeto de restauração do Palácio, que será em etapas, foi iniciada em janeiro/99. • A etapa referente à aquisição do mobiliário foi concluída em maio/2000. • Os projetos e especificações nas plantas de Arquitetura, Luminoteca, Instalações (elétrica e hidráulica) e Ar Condicionado foram concluídos e encaminhados à Presidência da República em julho/00. • A Fundação apresentou à Presidência, em julho/00, 4 propostas de condução da próxima etapa da restauração. Estamos aguardando a manifestação para realização da licitação e início das obras. • As outras etapas da restauração serão executadas à medida da captação dos recursos.
<p>Restauração da Biblioteca Pública Menezes Pimentel em Fortaleza (CE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A obra para reparos na estrutura da Biblioteca, bem como novo layout, mobiliário, mudanças de sistemas de sinalização, tratamento ambiental, dentre outros, foi iniciada em novembro/99 com previsão de conclusão em agosto/2000. • Houve necessidade de prorrogação do prazo de conclusão da obra, que encerrará em março/01, devido ao funcionamento da biblioteca e serviços extras autorizados pelo Ministério da Cultura.
<p>Restauração do Teatro Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A obra, iniciada em 1997, ainda se encontra

<p>Cláudio Santoro em Brasília (DF)</p>	<p>com duas pendências, decorrentes de ações judiciais em andamento:</p> <ul style="list-style-type: none">• Informatização das bilheterias: não pagamento da última parcela. Ação judicial impetrada pela Construtora Biapó (responsável pela obra), contra a AMS (responsável pelo serviço de informatização da bilheteria).<ul style="list-style-type: none">• Houve negociação extra-judicial entre as partes. Aguardamos homologação da Justiça.• Vedação das borrachas da cobertura, com silicone defeituoso: não pagamento da garantia (última parcela). Ação judicial impetrada pela Construtora ABC (responsável pelo serviço de impermeabilização), contra o fornecedor do silicone.<ul style="list-style-type: none">• A Justiça solicitou a realização de perícia no Teatro, ainda não foi executada.
--	--

**Projetos com recursos captados com base
na Lei de Incentivo à Cultura – Exercício 2001**

Relatório de Gestão – Art. 19, VI

PROJETO	INFORMAÇÕES
Restauração do Museu do Rio Cuiabá/Aquário Municipal em Cuiabá (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • O Ministério da Cultura questionou em 04.09.2001 alguns itens da prestação de contas apresentada pela Fundação, em 01.11.2000. • Em 11.10.2001, providenciamos resposta aos questionamentos e estamos aguardando novo parecer do Ministério da Cultura.
Restauração do Palácio da Alvorada em Brasília (DF)	<ul style="list-style-type: none"> • Em 09.02.2001, a Presidência da República autorizou a instalação de ar-condicionado. • Entretanto, o País viveu momentos de crise energética e a Presidência da República postergou o serviço de ar-condicionado para um momento mais oportuno. • Em 17.08.2001, foram priorizados os serviços de paisagismo, com adensamento vegetal, e respectiva iluminação e irrigação. • Estamos providenciando os projetos de iluminação e irrigação, para darmos início ao processo licitatório. • O prazo de vigência do convênio foi prorrogado para 31.12.2002.
Restauração da Biblioteca Pública Menezes Pimentel em Fortaleza (CE)	<ul style="list-style-type: none"> • A obra foi concluída e, em 07.12.2001, a Gerie - Fortaleza (CE) emitiu Termo de Recebimento Provisório. • O recebimento definitivo ocorrerá em fevereiro/2002. • Estamos aguardando o recebimento definitivo para providenciarmos a prestação de contas junto ao Ministério da Cultura.
Restauração do Teatro Nacional Cláudio Santoro em Brasília (DF)	<ul style="list-style-type: none"> • As ações judiciais que estavam em andamento foram encerradas. • A única pendência para entrega definitiva da obra é a informatização da bilheteria, que está em testes e deve ser inaugurada em março. • Providenciaremos a prestação de contas no 1º semestre/2002.
Restauração da Catedral Metropolitana em Brasília (DF)	<ul style="list-style-type: none"> • A obra de infra-estrutura, objeto do convênio firmado com o Governo do Distrito Federal, foi concluída. Entretanto, apareceram manchas na pintura externa e a Concrejato (construtora responsável pela obra) foi acionada para providenciar a regularização. Estamos aguardando a nova pintura para podermos

	<p>realizar o recebimento definitivo da obra e providenciarmos a prestação de contas.</p> <ul style="list-style-type: none">• Quanto aos vitrais, objeto do convênio firmado entre a Mitra Arquidiocesana de Brasília e o Ministério do Esporte e Turismo, estamos contratando a empresa para confecção do projeto. De posse do projeto, daremos início ao processo de licitação das obras.
--	---

Anexo VIII - Leis

As leis que direcionam a atuação das instituições do Terceiro Setor nas mais diferentes áreas: saúde, educação, direitos humanos, meio ambiente, políticas sociais etc.

Lei n.º 8.078/90

Código de Defesa do Consumidor

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Lei n.º 8.069/90

Estatuto da Criança e do Adolescente

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

Lei n.º 4.504/64

Estatuto da Terra

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Lei n.º 6.001/73

Estatuto do Índio

Dispõe sobre o Estatuto do Índio

Lei n.º 9.394/96

Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Lei n.º 8.742/93

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências

Lei n.º 8.080/90

Lei Orgânica da Saúde

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências

Lei n.º 8.212/91

Lei Orgânica da Seguridade Social

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências

Lei n.º 9.615/98

Anexo VIII - Leis

Lei Pelé (Esportes)

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providência

Lei n.º 8.171/91

Política Agrícola

Dispõe sobre a Política Agrícola

Lei n.º 8.974/95

Política Nacional de Biossegurança

Regulamenta os incisos II e V do parágrafo 1 do artigo 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e dá outras providências

Lei n.º 9.795/99

Política Nacional de Educação Ambiental

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências

Lei n.º 7.232/84

Política Nacional de Informática

Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providência

Lei n.º 8.842/94

Política Nacional do Idoso

Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências

Decreto n.º 914/93

Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências

Lei n.º 8.561/92

Programa de Garantia de Renda Mínima

Da nova redação ao artigo 1 da lei 8.438 de 30 de junho de 1992, que "prorroga o termo final do prazo previsto no artigo 3 da lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991 e dá outras providências"

Lei n.º 8.313/91

Anexo VIII - Leis

Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)
Restabelece princípios da lei 7.505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências

Lei n.º 9.637/98

Programa Nacional de Publicização
Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências

Lei n.º 8.974/95

Sistema Nacional de Educação Tecnológica
Regulamenta os incisos II e V do parágrafo 1 do artigo 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e dá outras providência

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.56)
- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1974.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **A representação da linguagem e o processo de alfabetização. Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, p.9 – 41.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar**. 9ed. São Paulo: Olho d'Água, 1998.
- LUCCA, Elcio Aníbal de. **O voluntariado e as empresas**. *Folha de S. Paulo*, 14/05/2001, Caderno Opinião, A 3.
- MONTAÑO, Carlos. *Das 'lógicas do Estado' às 'lógicas da sociedade civil' - Estado e terceiro setor em questão*. IN: **Serviço social & Sociedade – espaço público/cidadania/terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 47-79.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2ed. São Paulo, Cortez, 1999. (Questões da nossa época; 36)
- _____. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.(Coleção educação contemporânea)
- SANFELICE, José Luis. *Estado e Política Educacional*. IN: Seminário 'Brasil, educação 500 anos: inquirir o passado para indagar o futuro' IV Feira Pan Amazônica do Livro – Belém – PA, 18 de nov.de 2000.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade**. 3ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes. 1984, caps. 5 e 6.

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

APOSTILA BBEDUCAR – Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos Ler, Escrever, Libertar... BBeducar.

RELATÓRIO HISTÓRICO 1988-1999. Acervo Fundação Banco do Brasil, 2002

Site: www.cidadania-e.com.br

GRAND HOTEL, LARA